

Relatos Auto-Descritivos Emitidos por Terapeutas Comportamentais

Wilton de Oliveira

Instituto de Terapia e Estudo do Comportamento Humano

Tese de Doutorado defendida sob a supervisão da Prof. Dra. Vera Adami Raposo do Amaral na PUC-Campinas

INTRODUÇÃO

A noção de comportamento operante é considerada a base conceitual de todo o sistema explicativo construído pela análise do comportamento para o entendimento do comportamento humano (Todorov, 1989, 1991; Matos, 1997; Sério, 2001). Pode-se visualizar ao longo da história da análise do comportamento que foram muitos os esforços despendidos com o intuito de desenvolver e refinar o conceito de operante (Schick, 1971; Honig & Staddon, 1977; Sério, 1983,1990; Catania, 1973, 1996; Todorov, 2002) desde a sua gênese (Skinner, 1935, 1937, 1938). A definição do conceito foi exposta com clareza por Skinner ([1957]1992), segundo o qual, “Os homens agem sobre o mundo, modificam-no e são, por sua vez, modificados pelas conseqüências de sua ação” (p. 1).

Nesse sentido, o comportamento operante é a relação entre os homens - organismos que se movimentam, que agem - e o ambiente. Essa relação deve ser entendida como fundadora, primordial, originária e irreduzível (Abib, 2001). Ou seja, para o entendimento do comportamento humano, jamais deve-se separar o homem do mundo que o circunda; o conceito indica que o comportamento está na relação entre ambos. Os homens, como Skinner salienta, além de modificadores do mundo, também são sensíveis a esse mundo, na medida em que são modificados pelas conseqüências que suas ações produzem. Diante disso, as conseqüências alteram a probabilidade da ação futura, fortalecendo-a ou enfraquecendo-a (Catania, [1998]1999), de modo que todos os processos comportamentais (reforçamento, extinção, discriminação, dentre outros) estarão alicerçados na premissa da sensibilidade do organismo às conseqüências.

O comportamento operante tem a função fundamental de aumentar a probabilidade de sobrevivência da espécie humana, pois confere a cada indivíduo um acréscimo variado de possibilidades de relações com o mundo, o que, certamente, ajuda nos processos adaptativos. É importante ressaltar que o comportamento operante é um fenômeno que é compartilhado com outras espécies. No entanto, uma variação desse comportamento ocorreu ao longo da história da espécie humana, variação esta que muitas vezes sustenta a singularidade do ser humano em relação a outros animais:

As espécies experimentaram uma outra mudança evolucionária única quando sua musculatura vocal ficou sob controle operante e quando o comportamento vocal começou a ser modelado e mantido por suas conseqüências reforçadoras. As pessoas puderam, então, iniciar o comportamento de outros dizendo-lhes o que fazer, bem como mostrando-lhes como fazer (Skinner, [1989]1991, p.207).

O fenômeno que tradicionalmente foi denominado como linguagem, passou a ser entendido e explicado no âmbito da análise do comportamento como comportamento verbal. O trecho acima refere-se à gênese filogenética dessa espécie de comportamento e busca afirmar, essencialmente, que não se trata de

um fenômeno humano qualitativamente diferente de outros fenômenos humanos. O comportamento verbal é comportamento operante desde sua origem filogenética e, portanto, ambos respondem às mesmas leis: *ser modelado e mantido por suas conseqüências reforçadoras.*

Sobre o comportamento verbal na perspectiva de B. F. Skinner

Pode-se agora perguntar: mas o que diferencia o comportamento operante do comportamento verbal? O comportamento operante estabelece com o ambiente uma relação direta e mecânica: “Quando um homem anda na direção de um objeto, ele usualmente fica mais perto desse objeto; se ele procura alcançá-lo, é provável que o contato físico seja a sua conseqüência” (Skinner, [1957] 1992, p.1).

Fica claro que o homem, neste caso, age diretamente sobre o mundo e produz conseqüências, que derivam de princípios mecânicos e geométricos simples, como o próprio Skinner salienta no mesmo texto que foi citado anteriormente (Skinner, [1957] 1992). Por outro lado, o comportamento verbal caracteriza-se pelo fato das conseqüências reforçadoras serem mediadas por outras pessoas. Desse modo, esta espécie de comportamento operante denominada comportamento verbal estabelece com o ambiente uma relação indireta e não mecânica, de modo que altera primeiro o comportamento de uma outra pessoa para depois acessar as conseqüências reforçadoras últimas:

Seu primeiro efeito é sobre um outro homem. Ao invés de ir até um bebedouro, um homem sedento pode simplesmente „pedir um copo de água”, isto é, ele pode engajar-se em comportamento que produz um determinado tipo de padrão sonoro que, por sua vez, induz alguém a trazer-lhe um copo de água (Skinner, [1957] 1992, p.1).

Como visto, para que ocorra o fenômeno denominado comportamento verbal, faz-se necessária a interação entre um falante e um ouvinte, sem esquecer que falante e ouvinte podem estar sob a mesma pele. Estabelecida essa condição, temos como resultado um episódio verbal, condição mínima para a ocorrência do comportamento verbal.

Outra propriedade importante do comportamento verbal está no fato de ser um fenômeno que pode ficar sob controle de múltiplas variáveis. Em outras palavras, o comportamento verbal pode ficar sob controle de diversas contingências (relações entre classes de respostas, classes de estímulos antecedentes e classes de estímulos conseqüentes). Skinner ([1957]1992) descreveu contingências distintas que podem estar controlando classes de respostas verbais, e as denominou operantes verbais.

Os operantes verbais que descrevem relações específicas entre classes de estímulos antecedentes de ordem verbal e classes de respostas verbais e são mantidos por reforçadores condicionados generalizados são denominados: ecóico, textual, transcrição e intraverbal. O ecóico é o comportamento verbal controlado por estímulo auditivo antecedente e seu produto é também uma resposta audível. O textual tem como antecedente um texto impresso que evoca uma resposta vocal. A transcrição tem como antecedente um texto escrito, que controla uma resposta escrita. No intraverbal um estímulo verbal estabelece ocasião para uma resposta verbal.

Um operante verbal pode ser denominado como mando quando uma classe de respostas verbais é emitida sob controle de determinadas condições antecedentes: privação ou presença de classes de estímulos aversivos. Tais antecedentes podem ser denominados como operações estabelecedoras (Michael, 1988) para as classes de respostas verbais. No mando, a classe de respostas verbais especifica um dado comportamento do ouvinte ou um dado reforçador (Catania, [1998] 1999, p. 410). Ainda, para salientar, segundo Skinner ([1957] 1992), os mandos operam geralmente em benefício do falante na medida em que produzem como conseqüência um reforçador específico: positivo ou negativo.

Diante da metodologia escolhida para o presente trabalho, faz-se importante salientar um tipo específico de mando, no caso: uma questão ou pergunta. Assim: “Uma questão é um mando que especifica uma ação verbal e o comportamento do ouvinte e permiti-nos classificá-la, conforme o caso, como uma solicitação, uma ordem ou um pedido” (Skinner, [1957] 1992, p. 39). Na medida em que um falante faz uma pergunta para um dado ouvinte, o falante está fornecendo uma classe de estímulos verbais para o ouvinte que, por sua vez, responde, segundo Skinner ([1957] 1992), sob controle de uma dessas três funções: “por causa de uma tendência permanente de responder ao falante, ou por causa de uma ameaça implícita na resposta do falante, ou porque o falante o predispôs emocionalmente a responder” (p. 40). A primeira função descrita por Skinner diz respeito a uma história comportamental do ouvinte: o responder perguntas foi reforçado no passado, diante das contingências estabelecidas pelo perguntar no presente encontra-se uma probabilidade aumentada no responder. A segunda função descreve uma contingência aversiva: a pergunta operaria como estimulação pré - aversiva, de modo que a resposta do ouvinte pode se concebida como comportamento de esquiva das conseqüências aversivas sinalizadas pela pergunta. A terceira função pode ter relações também com contingências coercitivas: o falante ao estabelecer ameaças claras ao ouvinte antes da emissão da resposta pode, por exemplo, gerar respondentes descritos como ansiedade e assim estabelecer condições emocionais que aumentam a probabilidade do responder. A emissão da resposta produziria alívio ao remover a condição aversiva.

O operante verbal denominado autoclítico se refere a um sistema de relações verbais de ordem superior que demonstra a presença do falante: alguém que dirige, organiza, avalia, seleciona, produz e conhece os operantes verbais (Skinner, [1957] 1992, p. 312). Ainda segundo esse autor, “O falante pode conhecer o que ele está dizendo no sentido de que ele conhece alguma parte ou aspecto do ambiente. Uma parte de seu comportamento (o conhecido) serve como uma variável no controle de outras partes (conhecer)”. (Skinner, [1957] 1992, p. 312).

Nesse sentido, os autoclíticos são classes de respostas verbais que são emitidas em conjunto com outros operantes verbais, de modo que são controladas por variáveis do comportamento verbal do próprio falante, desse modo altera seu efeito sobre o ouvinte: tornado-o mais preciso.

Diferentes autores (Day, 1980; Dougher, 1993; Matos, 1991) ressaltam que mais importante do que enquadrar o comportamento verbal em qualquer uma dessas categorias, deve-se, assim como Skinner o fez, identificar as inter-relações entre antecedentes, conseqüências e a resposta verbal, ou seja, as contingências das quais as classes de respostas verbais são função. Por outro lado, Michael (1982) e Vargas (1986) propuseram novos termos às taxonomias originais de Skinner ([1957] 1992), a saber: extraverbal, seqüência, códice, dúplice, identigráfico e mimético.

Para os objetivos do presente trabalho deve-se debruçar mais atentamente sobre o operante verbal denominado tato.

“Um tato pode ser definido como um operante verbal no qual uma resposta de uma dada forma é evocada (ou pelo menos fortalecida) por um objeto ou um evento particular ou por uma propriedade de um objeto ou evento.” (Skinner, [1957] 1992, pp. 81-82).

O tato não envolve qualquer processo comportamental novo: “é apenas um nome para o controle do estímulo que entra no comportamento verbal” (Catania, [1998] 1999, p. 260). Assim, classes de eventos antecedentes não verbais, um objeto ou evento particular ou propriedades destes, estabelecem controle sobre uma dada classe de respostas verbais, que produzem como conseqüências reforço condicionado generalizado ou um conjunto de reforçadores condicionados generalizados. (Matos, 1991; De Rose, 1997; Catania, [1998] 1999; Sérió, Andery, Gioia & Micheletto, 2002).

Segundo Skinner ([1957]1992), pode-se construir um tato, “reforçando a resposta tão consistentemente quanto possível em presença de um estímulo com muitos reforçadores diferentes ou com um reforçador generalizado. O controle resultante é através do estímulo: uma dada resposta „específica”, uma dada propriedade do estímulo” (p. 83).

Para Skinner ([1957]1992), o tato é o operante verbal mais importante, pois na medida em que estabelece uma relação de correspondência com o mundo externo ou interno do falante, possibilita que o ouvinte obtenha informações sobre esses mundos e, desse modo, reaja de forma mais discriminativa a eles. É por esse motivo que as comunidades verbais se engajam em estabelecer repertório de tato nos falantes, pois suas emissões beneficiam os ouvintes.

O modo como se dará a correspondência entre classes de respostas verbais e classes de eventos antecedentes dependerá da maneira como a comunidade verbal reforçou as respostas verbais na presença dos eventos antecedentes. Um aspecto fundamental, por exemplo, diz respeito à acessibilidade que o sujeito e a comunidade têm dos eventos antecedentes; quanto mais tais eventos forem acessíveis, maior será a probabilidade de se estabelecer correspondência acurada.

As variáveis de controle de estímulos afetam a precisão do controle exercido pelas propriedades dos estímulos, especialmente quando se trata de propriedades complexas ou sutis. A precisão do controle dependerá, nesse caso, do grau de acesso do sujeito ao estímulo discriminativo, do grau de acesso da comunidade verbal aos estímulos quando o repertório está sendo estabelecido, e dos procedimentos utilizados pela comunidade verbal para estabelecer e manter o repertório (De Rose, 1997, pp. 152-153).

Nesse momento deve-se fazer algumas distinções sobre tatos. Tatos sobre eventos públicos (por exemplo, o ambiente físico ou social com o qual o sujeito interage e o comportamento manifesto do sujeito), e tatos sobre eventos privados (por exemplo, comportamentos encobertos do sujeito). É importante ressaltar aqui que essa distinção refere-se apenas às condições de acessibilidade do sujeito e da comunidade verbal aos eventos relatados. A comunidade verbal, provavelmente, não terá grandes dificuldades em estabelecer repertórios de tatos sobre eventos públicos nos falantes, pois, por ter acesso direto a tais eventos, poderá reforçar diferencialmente respostas verbais correspondentes aos eventos ou propriedades dos eventos. No entanto, no que diz respeito aos eventos privados, o fato da comunidade verbal não ter acesso direto a tais eventos dificulta o uso de reforçamento diferencial, resultando disso um conhecimento muitas vezes deficitário. Desse modo, a comunidade deve, então, lançar mão de algumas estratégias de ensino para contornar o problema da acessibilidade. Skinner (1945) citou alguns exemplos. Quando a comunidade tem acesso a acompanhantes públicos de estímulos privados, e se há conexão relativamente estável entre tais eventos, a comunidade tornará os reforços contingentes aos eventos públicos. Quando a comunidade tem acesso a respostas colaterais emitidas por um dado sujeito a estímulos privados que o está afetando:

A comunidade infere o estímulo privado, não a partir de estímulos públicos que o acompanham, mas de respostas colaterais, geralmente incondicionadas e no mínimo não-verbais (mão no maxilar, expressões faciais, gemidos e assim por diante). A inferência não é sempre correta e a precisão da referência é novamente limitada pelo grau de associação (Skinner, 1945, p. 278).

Uma outra possibilidade se dá quando uma resposta que é emitida através de indução ou transferência de estímulo em resposta a eventos privados, é adquirida e mantida em conexão com estímulos públicos e, desse modo, a comunidade acessa (os estímulos públicos) e mantém a resposta sob controle de reforçamento público.

Segundo Catania ([1998]1999), em discriminações envolvendo comportamento não-verbal diz-se que uma resposta se generalizou se a resposta mantida durante um estímulo ocorrer quando um novo

estímulo for apresentado. Uma generalização análoga pode ocorrer com classes de respostas verbais para novas classes de estímulos, tal generalização ocorre no que se denomina como: tato estendido. No tato estendido, as classes de estímulos não exercem controle ponto a ponto, desse modo, o controle de estímulos pode não ser tão preciso. Sobre o tato estendido, Skinner ([1957]1992) escreveu:

(...) um repertório verbal não é como uma lista de passageiros num navio ou avião, em que um nome corresponde a uma pessoa, sem omitir qualquer uma ou sem que algum nome apareça duas vezes. O controle de estímulos não pode ser tão preciso assim. Se uma resposta é reforçada em uma dada ocasião ou classe de ocasiões, qualquer aspecto dessa ocasião, ou comum a essa classe parece adquirir alguma medida de controle. Um estímulo novo que possua alguns desses aspectos pode evocar uma resposta (p. 91).

Portanto, um tato continua sendo tato mesmo quando a classe de respostas verbais não está sob controle exato das classes de estímulos. Portanto, o tato é considerado estendido quando responde ao todo como uma parte, ou a uma parte como ao todo:

A metáfora a símile e a sinédoque correspondem a esses casos (ex: diante de um trecho musical executado por violinos referir-se ao desempenho das cordas, diante do contorno de um olho dizer olho, diante de um veleiro deslocando-se com facilidade dizer que corta as águas, etc. (Matos, 1991, p.337).

Assim, quando faz-se referência ao desempenho das cordas, emite-se um tato sobre um aspecto presente no violino: cordas. No entanto, esse aspecto generaliza-se (no sentido que passa a representar o todo) para o todo: trecho musical executado por violinos. Seria um tato distorcido, se diante do trecho musical executado por violinos emitir-se a verbalização: desempenho dos sopros. Na medida em que nenhum aspecto do violino está vinculado ao soprar, poderia-se dizer que esse tato é distorcido. Porém, diante de um trecho musical executado por flautas alguém dizer, o desempenho dos sopros, poderia-se dizer que trata-se de um tato estendido, pois o som das flautas ocorre sob a emissão do comportamento de soprar. Ainda, segundo Matos (1991), os procedimentos de aquisição de tatos estendidos têm relação com os procedimentos de aquisição de conceitos e, nesse sentido, com a formação de classes de equivalência.

Em relação aos termos autoconhecimento ou autoconsciência, entende-se as descrições que o sujeito faz sobre o próprio comportamento, manifesto ou encoberto: o que fez ou sentiu no passado, está fazendo ou sentiu no presente, ou tenderá a fazer ou sentir no futuro (Skinner, 1974; Tourinho, 1995). Portanto, o autoconhecimento refere-se à emissão de tatos sobre o próprio comportamento:

Estamos tratando aqui de tatos auto-descritivos – comportamento verbal controlado por outros comportamentos do falante, passado, presente, ou futuro. Os estímulos podem ser ou não privados. O comportamento verbal auto-descritivo é de interesse por muitas razões. Somente através da aquisição de tal comportamento o falante pode tornar-se “consciente” do que está fazendo ou dizendo, e por quê (Skinner, [1957] 1992, p. 139).

Nesse sentido, o termo tato auto-descritivo designa a emissão de relatos do falante sob controle de seu próprio comportamento (privado ou público) passado, presente, ou futuro. Tal controle pode ser de ordem não-verbal ou verbal, de modo que os tatos auto-descritivos podem estar sob controle do agir ou do falar, ocorrido no passado do falante.

O tato auto-descritivo faz referência a termos bastante utilizados pela Psicologia autoconsciência e autoconhecimento. Dizemos, portanto, que uma pessoa está consciente ou conhece seu self, quando descreve seus próprios comportamentos públicos e privados. No entanto, de modo diverso da Psicologia

tradicional, o indivíduo que se conhece ou está consciente de seu comportamento não é considerado nenhum agente iniciador (Skinner, [1989]1991), mas como o próprio Skinner explicitou, na frase citada acima, o comportamento verbal de tal indivíduo está sob controle de seu próprio comportamento, público ou privado.

Por outro lado, para a emissão de fatos auto-descritivos se faz necessário o desenvolvimento de uma classe de comportamentos de auto-observação. Para que uma pessoa possa relatar o que faz, primeiramente ela deve observar o que faz, nesse sentido, a classe de comportamentos de auto-observação é considerada comportamento precorrente aos fatos sobre o próprio comportamento (Skinner, [1989] 1991; de Rose, 1997). Tanto o repertório de auto-observação como os fatos sobre o próprio comportamento são adquiridos e mantidos por contingências de reforçamento estabelecidas por comunidades verbais:

Sob que contingências verbais de reforçamento, por exemplo, podemos observar o nosso eu e relatar o que estamos fazendo? (...) As pessoas são solicitadas a falar sobre o que estão fazendo ou porque estão fazendo e, ao responderem, podem tanto falar a si próprios como a outrem (Skinner, [1989] 1991, p. 46).

Deve-se salientar ainda o fato de que no autoconhecimento estão envolvidos dois comportamentos controlados por contingências diferentes, a saber, o comportamento de relatar (operante verbal) e o comportamento relatado (operante verbal ou não verbal). O grau de autoconhecimento está vinculado à acurácia na correspondência entre esses comportamentos.

Segundo Skinner ([1957] 1992), podem ocorrer distorções no controle de estímulos sobre o fato, sendo que as mais importantes estão relacionadas aos efeitos das conseqüências proporcionadas pelos ouvintes, o controle de estímulos pode ser distorcido por certas conseqüências especiais, proporcionadas por um ouvinte em particular ou por ouvintes em geral sob determinadas circunstâncias. (Skinner, [1957] 1992, p. 147).

Um efeito importante das conseqüências sobre o fato ocorre quando o reforço é contingente a determinados aspectos da resposta verbal, e não a correspondência com a classe de estímulos discriminativos. Assim, a verbalização pode variar até tornar-se exagerada ou deixar de apresentar qualquer traço de correspondência com a classe de estímulos discriminativos, como no caso da mentira. Ou seja, o comportamento de mentir pode estar mais sob controle das conseqüências produzidas nos falantes do que sob controle dos antecedentes que ele supostamente estaria fazendo referência.

Outro aspecto importante que produz distorções no fato ocorre quando as ações do ouvinte têm propriedades reforçadoras importantes para o falante. Nesse sentido determinadas ações do ouvinte se constituem como reforço não generalizado para o falante, e se tornam contingentes a verbalizações com determinado conteúdo; quando, por exemplo, o ouvinte através de expressões faciais distintas reforça relatos verbais específicos nos falantes.

As contingências com função coercitiva podem também produzir distorções no fato. Skinner ([1957]1992) descreveu:

A liberação de um estímulo aversivo como forma de reforçamento generalizado é usada frequentemente em medida especial para produzir um comportamento verbal dotado de dadas propriedades. Uma confissão é frequentemente obtida quando uma estimulação aversiva, ou uma estimulação aversiva condicionada em forma de ameaça, é imposta até que seja emitida uma dada resposta. A objeção a esse procedimento (por exemplo, em legislações esclarecidas ou em projetos

governamentais) é precisamente porque ele tende a distorcer o controle de estímulos: a liberação é usualmente contingente a uma resposta independente de sua correspondência com “os fatos”. O falante pode exagerar uma confissão, inventar alguma, ou confessar apenas parte de um crime para conseguir a liberdade (p.150).

Descreveu-se anteriormente, quando foi tratado sobre o operante verbal mando, que uma pergunta pode exercer controle coercitivo sobre a resposta do ouvinte: uma condição pré-aversiva em que a resposta implica em esquiva de reforçadores negativos, e em alívio de respondentes de ansiedade ou medo, de forma que tal esquiva envolve alívio. Nesse sentido, por exemplo, quando o mando (uma pergunta) solicita um tato auto-descritivo diante dessas contingências coercitivas, pode-se aumentar a probabilidade de tatos distorcidos. Pois esses tatos podem estar mais sob controle das conseqüências (remover os reforçadores negativos envolvidos na contingência) do que dos antecedentes aos quais a pergunta procura esclarecer. Desse modo, se o tato ficar sob controle das conseqüências de forma a estabelecer distorções, ele adquirirá funções de mando (operante verbal sob controle das conseqüência que está designando), denominar-se-á, portanto, tato com função de mando: tem a forma de tato e a função de mando, por estar sob controle das conseqüências.

Foi ressaltado anteriormente que os tatos auto-descritivos podem se referir ao comportamento passado, presente e futuro do falante. O presente trabalho interessa-se especificamente sobre relatos referentes a comportamentos emitidos por falantes no passado, portanto, por tatos auto-descritivos de comportamentos verbais e não-verbais que foram emitidos no passado. Uma forma profícua de análise desse fenômeno envolve reflexões sobre o comportamento de lembrar.

As teorias da cópia e da representação são utilizadas na Psicologia para se entender a memória. Surgem daí os denominados três estágios da memória: codificação, armazenamento e recuperação (Atkinson & Cols., 2002, p. 289). No entanto, tais estágios são, segundo compreensão behaviorista, metáforas, e, desse modo, carregam problemas teóricos sem solução para a Psicologia:

A armazenagem e a recuperação tornam-se muito mais complicadas quando aprendemos e recuperamos da memória como uma coisa é feita. É fácil produzir cópias de coisas que vemos, mas como conseguir fazer cópias de coisas que fazemos? Podemos modelar o comportamento para alguém imitar, mas o modelo não pode ser armazenado (Skinner, [1989] 1991, p.25).

A abordagem analítico-comportamental prescinde das metáforas de codificação, armazenamento e recuperação ao entender o lembrar como comportamento. E como comportamento está vinculado aos princípios que regem qualquer comportamento, ou seja, é função das contingências de reforçamento (relações entre classes de estímulos antecedentes e conseqüentes). Assim, segundo Catania ([1998]1999), “O lembrar é uma classe de ordem superior, e muitos de seus aspectos são presumivelmente modelados por contingências naturais (...) o lembrar é uma habilidade que pode ser refinada”. (p. 341).

Um comportamento é considerado de ordem superior quando em uma classe operantes estão incluídas outras classes que podem funcionar como operantes (Catania, [1998] 1999, p. 389). Desse modo, no operante lembrar do que fez, estão incluídos ao menos duas classes de operantes: 1- dizer o que fez (tatos auto-descritivos); e 2- o que se fez (operante verbal ou não-verbal). A classe de comportamento de ordem superior pode ser chamada também de classe generalizada, no sentido de que as contingências programadas para alguns de seus componentes se generalizam para todos os outros. Assim, reforçar tatos auto-descritivos sobre uma dada classe de comportamentos operantes, poderia, por generalização, aumentar a freqüência de emissão da classe de comportamentos operantes (Catania, [1998] 1999, p. 389).

Qual distinção pode ser feita entre o lembrar de acontecimentos passados alheios e o lembrar do próprio comportamento passado? Skinner ([1957]1992) escreveu:

Responder a nosso próprio comportamento passado é apenas um caso especial de resposta a acontecimentos passados em geral (...). A habilidade em responder verbalmente „a acontecimentos passados“ é adquirida sob contingências explícitas de reforço, proporcionadas pela comunidade verbal exatamente com esse propósito (p. 142).

O comportamento de lembrar é construído socialmente. A comunidade estabelece ocasião para a classe de respostas de lembrar, a classe de resposta é assim emitida e a comunidade, por conseguinte, conseqüência. Se a comunidade teve acesso ao acontecimento ou comportamento passado a ser lembrado, poderá reforçar de forma discriminada classes de respostas mais acuradas sobre tais comportamentos ou eventos. Diante disso, o que pode-se dizer sobre a precisão do lembrar? Segundo Skinner ([1957]1992):

O relato sobre acontecimentos do nosso passado nunca é muito preciso ou completo. Muita coisa depende dos estímulos correntes que suscitam tais respostas. Ao evocar uma resposta „a um acontecimento passado “nós usualmente proporcionamos uma informação adicional. *O que foi que lhe mostrei ontem quando você estava sentado aqui? Eu o segurei em minha mão, dessa forma.* Esses estímulos adicionais são para identificar o acontecimento a ser descrito ou distinguido de outros acontecimentos que ocorreram ontem (p.143).

Nesse sentido, parte do comportamento de lembrar está vinculada a classes de estímulos discriminativos que exerce a função de evocar o tato sobre eventos passados. Tais classes de estímulos podem aumentar a probabilidade de que o tato sobre eventos passados seja emitido. Portanto, o comportamento de lembrar pode ser entendido como: “Uma resposta a estímulos correntes, incluindo acontecimentos no interior do próprio falante, gerados pela pergunta em combinação com uma história de condicionamento anterior. O lembrar, deste modo, envolve os seguintes aspectos: classes de estímulos atuais (verbais ou não-verbais) e história anterior de relações com o ambiente (aspecto a ser lembrado). Sem esquecer que a história de relações com o ambiente anterior deve ser acompanhada de comportamentos precorrentes de observação dos eventos a serem lembrados. Por fim, faz-se importante ressaltar novamente que todo o processo citado anteriormente trata-se de uma construção social, onde a comunidade verbal estabelece a condição para a emissão de comportamentos verbais sobre o que foi feito no passado, reforça os relatos que correspondem aos eventos passados e não reforça os relatos que não correspondem aos eventos passados. O comportamento de lembrar sobre o próprio comportamento é um dos aspectos que envolve o lembrar em geral:terior” (Skinner, [1957] 1992, p 143).

Entre os fatos que um homem é capaz de descrever após certo tempo, particularmente após perguntas, está seu próprio comportamento. Obviamente, muitos desses comportamentos são verbais. Ele é capaz de recordar de forma razoavelmente precisa, não apenas o que fez ontem, como também o que disse ontem. Mais ainda: ele é capaz de descrever um comportamento encoberto anterior: Eu estava a ponto de dizer a ele o que penso dele (Skinner, [1957] 1992, p. 143).

Recordar o que disse é emitir tatos auto-descritivos sobre o que foi falado ontem. A presente pesquisa vai trabalhar particularmente com esse aspecto do lembrar. Ou seja, o que os terapeutas relatam hoje sobre o que falaram ontem. Como a terapia é verbal em sua maior parte, o lembrar investigado aqui tratará em sua quase totalidade com o lembrar sobre o que os terapeutas disseram ontem para seus clientes.

Grande parte do que foi discutido até o momento trata-se de reflexões teóricas principalmente derivadas da obra de B. F. Skinner. Essas reflexões têm, ao longo da história da análise do comportamento, suscitado perguntas, mais reflexões e, principalmente, diversas pesquisas que vêm alicerçando e ou refutando, empiricamente, os conhecimentos até então presentes sobre as relações entre comportamento verbal e comportamento não verbal.

Pesquisas sobre relações entre comportamento verbal e não verbal

O campo de pesquisa sobre comportamento verbal e não verbal vem sendo desenvolvido desde a década de sessenta, de modo que há diversos estudos de revisão que tratam sobre o assunto (Israel, 1978; Karlan & Rusch, 1982; Paniagua, 1990; Lloyd, 2002).

Como visto anteriormente, o recorte definido na análise do comportamento concebe falar e fazer como comportamentos controlados por contingências distintas, e, desse modo, falar não necessariamente causa o fazer. As revisões anteriores constataram que as pesquisas na área confirmaram que as classes de comportamento de falar e de fazer podem ou não se relacionar e exercer influência um sobre o outro (contrariando a visão corrente de que o falar necessariamente causa o fazer); no entanto, isso dependerá das contingências que determinam tais comportamentos. Constataram ainda que a correspondência entre falar e fazer depende de um procedimento de ensino específico denominado na área como treino de correspondência.

Por outro lado, segundo Catania & Cols. (1990) as relações entre o falar e o fazer podem ser entendidas como classes de equivalência:

(...) o que uma criança faz pode preceder o que ela diz, como ocorre na descrição do comportamento passado, ou o que ela diz pode preceder o que ela faz, como ao manter uma promessa. A simetria implícita nestas funções verbais é uma propriedade das classes de equivalência. (...) nosso dizer e fazer são membros de uma classe de equivalência, mudanças em uma são acompanhadas de mudanças na outra.(p. 230).

Desse modo, o debate sobre as relações entre comportamento verbal e não-verbal é bastante controverso. Segue-se, portanto, uma revisão das pesquisas sobre o tema na abordagem analítico-comportamental.

Segundo Paniagua (1990) e Lloyd (2002), as pesquisas com treino de correspondência são feitas, geralmente, estruturadas sob duas seqüências, dizer-fazer ou fazer-dizer. Na seqüência dizer-fazer os sujeitos devem relatar o que irão fazer em seguida, na seqüência fazer-dizer os sujeitos devem relatar sobre o comportamento que emitiram anteriormente. Essas pesquisas comumente foram estruturadas em três momentos. Primeiramente tais estudos estabelecem uma linha de base, momento em que se mensura o fazer sem interferência alguma do experimentador. Além disso, mensura-se também o relato verbal dos participantes sobre o comportamento que foi emitido, seqüência fazer-dizer, ou sobre o comportamento que vai ser emitido, seqüência dizer-fazer. Geralmente as respostas verbais dos sujeitos podem derivar de questões elaboradas pelo experimentador. O segundo momento foi comumente denominado como fase de reforçamento do conteúdo. Nessa fase o experimentador libera reforços quando o sujeito emite qualquer relato sobre um dado comportamento alvo que ocorreu durante a Sessão, e que não foi freqüente na linha de base. Para o terceiro momento convencionou-se chamar de fase de reforçamento da correspondência ou, também, fase treino de correspondência; fase em que ocorrerá a liberação de reforçadores para os sujeitos, apenas e tão somente se ocorrer correspondência entre o que o sujeito disse que ia fazer e realmente fez ou entre o que o sujeito fez e posteriormente disse que fez.

Risley & Hart (1968) elaboraram o estudo que deu início às pesquisas que utilizam treino de correspondência como forma de estabelecer correspondência entre comportamento verbal e não verbal. Foram utilizados como sujeitos crianças pré-escolares. Primeiramente as crianças passavam por uma atividade em que brincavam livremente e, posteriormente, os pesquisadores pediam para elas descreverem o seu próprio comportamento de brincar. Os investigadores reforçavam, por conseguinte, o relatar brincar com blocos ou pinturas. Os dados mostraram que nesse momento não ocorreu aumento de freqüência do comportamento não verbal de brincar, no entanto, o comportamento de relatar aumentou de freqüência. No momento seguinte, os pesquisadores aplicaram o treino de correspondência, de modo que o reforço passou a ser liberado apenas se a criança emitisse correspondência entre os dois comportamentos, o verbal e o não verbal, ou seja, relatar brincar e brincar. Os resultados, diante de tal procedimento, demonstraram que ocorreu aumento da freqüência de ambos os comportamentos. Foi a partir dessa pesquisa que se convencionou definir como correspondência a ocorrência necessária dos dois comportamentos, por exemplo, em Risley & Hart (1968): brincar (com blocos ou pintura) e dizer que brincou (com blocos ou pintura). Após o treino de correspondência verbal – não verbal, os investigadores passaram a reforçar apenas o comportamento verbal (relatar que estavam brincando apenas com blocos ou com pinturas). Seguiu-se que as crianças que foram reforçadas a brincar somente com pintura tiveram aumento da freqüência do comportamento não verbal (brincar com pintura), e as crianças que foram reforçadas ao relatar que estavam brincando com blocos, tiveram aumento da freqüência do comportamento não verbal (brincar com blocos). Os autores denominaram a mudança do comportamento não verbal pelo comportamento verbal de correspondência generalizada.

Foram desenvolvidos dois estudos (Israel & O'leary, 1973; Israel, 1973) que tinham objetivos análogos, a saber: investigar os resultados de Risley & Hart (1968) que produziram correspondência generalizada entre comportamento verbal e não verbal, e comparar duas seqüências temporais distintas no treino de correspondência, dizer-fazer e fazer-dizer. A pergunta de pesquisa poderia ser elaborada assim: ocorreria generalização de uma seqüência de treino para outra? A produção de correspondência na seqüência de treino dizer-fazer ocorreria mais rapidamente do que na seqüência fazer-dizer?

No estudo de Israel & O'leary (1973) oito crianças de pré-escola foram divididas em dois grupos de quatro. Para o primeiro grupo, após a aplicação das condições de linha de base, os experimentadores inicialmente estabeleceram a seqüência de treino de correspondência dizer-fazer em duas atividades de jogo aplicadas consecutivamente. Posteriormente aplicaram uma terceira atividade de jogo na seqüência de treino dizer - fazer. Por sua vez, foram aplicadas as mesmas condições de treino para o segundo grupo, mas invertendo a seqüência de treino: primeiro a seqüência fazer-dizer, sendo seguida pela seqüência dizer-fazer. Os resultados obtidos demonstraram que ocorreram diferenças na medida, comparando-se os dois grupos. Nesse sentido, a seqüência de treino dizer-fazer, segundo os autores, além de ter produzido mais correspondência entre comportamento verbal e não verbal, também facilitou a aprendizagem da seqüência fazer-dizer. Além disso, os resultados encontrados pelos pesquisadores foram análogos aos de Risley & Hart (1968), na medida em que o reforçamento no treino de correspondência aumentou sistematicamente a freqüência do comportamento verbal e do comportamento não verbal, em contraste com a etapa do delineamento denominada reforçamento do conteúdo das verbalizações que, por sua vez, estabeleceu um aumento irrelevante do comportamento não verbal.

Israel (1973) replicou o estudo anterior com uma diferença na contingência estabelecida: foram aplicados em todos os sujeitos duas seqüências fazer-dizer (cada uma com um brinquedo diferente) e, em seguida, uma terceira atividade na seqüência de treino dizer-fazer. Os resultados encontrados nas duas primeiras seqüências de treino foram semelhantes aos resultados encontrados por Risley & Hart (1968). Mas, com a mudança da seqüência de treino para dizer-fazer, na terceira atividade, os dados sugeriram que os sujeitos estavam aprendendo um novo comportamento, pois as taxas de respostas, em um primeiro momento, estavam baixas e foram aumentando gradativamente. Diante disso, os autores concluíram que a

aprendizagem decorrente de uma seqüência de treino (fazer-dizer) não se generaliza para outra (dizer-fazer), e que ambas as seqüências produzem correspondência com a mesma efetividade.

Rogers-warren & Baer (1976), em um estudo com crianças pré-escolares, utilizaram modelação e modelagem para instalar comportamentos sociais de compartilhar atividades e elogiar o outro. Em um primeiro momento os pesquisadores reforçaram os relatos dos comportamentos de compartilhar e elogiar sem a correspondência do comportamento não verbal de compartilhar e elogiar. Em uma fase seguinte reforçou-se apenas a correspondência entre o comportamento verbal (dizer que colaborou e elogiou) e o não verbal (colaborar e elogiar de fato). Em um segundo momento ocorreu apenas uma segunda fase, ou seja, reforçar a correspondência. Os resultados indicaram que os procedimentos empregados (reforçar relatos correspondentes e não correspondentes) aumentam a produção de correspondência entre comportamento verbal e não verbal.

Em outro estudo envolvendo treino de correspondência, Israel & Brown (1977) investigaram a tendência de se utilizar nos treinos de correspondência treino verbal prévio e, posteriormente, controle verbal do comportamento não verbal. Tal pesquisa, assim como a de Risley & Hart (1968), se enquadram numa classe de pesquisas que busca entender o controle do comportamento verbal sobre o comportamento não verbal. Utilizaram-se como sujeitos dezesseis crianças, que foram divididas em dois grupos. O primeiro grupo passou por uma linha de base em que qualquer verbalização das crianças foi seguida de um reforçador positivo. Na etapa seguinte, denominada treino verbal 1, o reforço positivo foi contingente apenas a emissão de uma determinada classe de respostas verbais, se essas respostas não fossem emitidas os reforços não eram liberados. O treino de correspondência foi a fase seguinte: o reforço era liberado apenas se a verbalização da criança fosse correspondente à atividade em que estava engajada. A fase seguinte foi denominada treino verbal 2: as contingências e os procedimentos foram idênticos ao treino verbal 1. Os procedimentos aplicados para o grupo II foram idênticos aos aplicados para o grupo I, no entanto o treino verbal 1 foi excluído. Os pesquisadores consideraram essencial na pesquisa o fato de não terem encontrado diferenças significativas nos resultados finais dos dois grupos. Na fase 1, quando ocorreu o reforçamento contingente a determinadas verbalizações apenas aumentou a freqüência dos comportamentos verbais, mas não dos não verbais. Diante disso, os autores não viram a necessidade de estabelecer uma fase de treino de verbalização prévio ao treino de correspondência. O treino verbal prévio, segundo os autores, pode ser interessante para se observar o controle do comportamento verbal sobre o não verbal, mas, por outro lado, não deve ser considerado um precursor necessário para o treino de correspondência.

Whitman, Scibak, Butler, Richter, & Johnson (1982) realizaram três estudos utilizando sujeitos com atraso mental. No primeiro, foi utilizado treino de correspondência para ensinar uma menina de nove anos a emitir o comportamento não verbal de se sentar e se levantar da cadeira, em sala de aula, acompanhada do comportamento verbal correspondente. No segundo estudo, ensinou-se postura adequada para quatro crianças se sentarem em sala de aula. Nessa atividade de ensino, foi aplicado treino de correspondência verbal, de modo que as crianças deveriam nomear corretamente o comportamento não verbal em questão. Um terceiro estudo foi desenvolvido com quatro crianças de sala especial, com severas dificuldades de linguagem. Tais crianças foram ensinadas a realizarem diversas atividades acadêmicas e, por conseguinte, foi aplicado treino de correspondência, de forma que ensinassem as crianças a nomearem corretamente as atividades que elas se engajavam. Os sujeitos dos três estudos desenvolveram significativa correspondência verbal não-verbal. Desse modo, os autores sugerem que o treino de correspondência pode ser usado de modo efetivo no ensino de crianças com atraso mental. Além disso, os resultados demonstram que o treino de correspondência não desenvolve apenas correspondência direta, mas também correspondência generalizada.

Ribeiro (1989) realizou uma pesquisa que fundou novos aspectos na investigação da correspondência entre comportamento verbal e não verbal. Em distinção aos estudos anteriores, que

estavam mais interessados na investigação do treino de correspondência (momento em que se buscava estudar as relações de controle das classes de estímulos antecedentes sobre o comportamento verbal), a pesquisa de Ribeiro buscava entender, por outro lado, as variáveis que poderiam estar vinculadas à precisão do auto-relato. Nesse sentido, Ribeiro voltou-se para o estudo dos efeitos das conseqüências sobre o comportamento verbal. Como sujeitos experimentais foram escolhidas oito crianças de pré-escola, que no início de cada Sessão brincavam com no máximo três brinquedos de um total de seis; posteriormente as crianças deveriam relatar que brinquedos haviam brincado. O momento de relatar foi dividido em cinco etapas: linha de base (qualquer relato era seguido de reforço); reforçamento individual do conteúdo do relato (apenas o relato de brincar era seguido de reforço); reforçamento do conteúdo do relato em grupo (análogo ao anterior, porém, as perguntas e os reforços emitidos pelo experimentador eram feitos em um ambiente onde estava presente todo o grupo); reforçamento da correspondência; reforçamento não contingente ao relato. Um importante resultado foi derivado do estudo de Ribeiro: na fase de reforçamento do conteúdo, observou-se que as crianças passaram a relatar que haviam brincado com um dado brinquedo, mesmo quando não haviam brincado. As crianças ficaram, portanto, sob controle das conseqüências reforçadoras e não dos antecedentes correspondentes, o que diferiu dos resultados obtidos na linha de base, momento em que o relato ficou efetivamente sob controle das condições antecedentes, ou seja, o comportamento anterior de brincar. Ribeiro concluiu, portanto, que as contingências de reforçamento são responsáveis pela exatidão ou não da correspondência existente em auto -relatos. Faz-se importante ressaltar, ainda, que Ribeiro introduziu o uso dos conceitos de operantes verbais para analisar os resultados obtidos em seu estudo. Os relatos não correspondentes teriam forma de tato, ou seja, topografias que descreviam o brincar, mas, na verdade, teriam a função de mando.

Em um outro estudo realizado em 1990, Baer & Detrich fizeram uma replicação sistemática do estudo de Ribeiro (1989). Desta vez, porém, as crianças relatavam com o que pretendiam brincar e, posteriormente, brincavam. Foram escolhidos como sujeitos quatro crianças entre quatro e cinco anos; e o experimento foi dividido em cinco etapas: linha de base (brincar livre); verbalização com escolha restrita (a criança deveria escolher uma dentre três Figuras que indicavam o brinquedo, geralmente os menos escolhidos pelas crianças nas etapas anteriores, que iriam ser escolhidos para brincar durante a atividade); reforçamento da correspondência na escolha restrita (o reforço era liberado somente quando a criança brincava com o que disse que iria brincar); reforçamento da verbalização de escolha restrita (o reforço se seguia à verbalização da criança). Os resultados demonstraram que quando estava circunscrito nas contingências a possibilidade da criança escolher livremente (etapa de verbalização com escolha livre) o brinquedo que iria brincar posteriormente, ocorria de as taxas de correspondência aumentarem consideravelmente. No entanto, quando as contingências programadas determinavam o brinquedo a ser verbalizado como escolha, ocorreu diminuição significativa da taxa de correspondência. Ou seja, as crianças, para poderem entrar na sala de brinquedos, tinham que verbalizar que iam brincar com os brinquedos selecionados previamente pelo experimentador, se não verbalizassem, não poderiam entrar na sala. Assim, elas diziam que iam brincar com um dado brinquedo, mas efetivamente brincavam com outro. Foram conduzidas outras duas replicações sobre o estudo de Ribeiro (1989): uma replicação direta (Sadi, 2002) e uma replicação sistemática (Perguer, 2002). Tais replicações confirmaram os dados obtidos por Ribeiro, ou seja, o fato do auto-relato ficar sob controle das conseqüências.

São diversos os estudos que têm sido desenvolvidos sobre a ocorrência de relações entre classes de respostas verbais e não verbais. Muitos desses debruçaram-se sobre a distinção entre comportamento governado por regras e comportamento controlado por contingências (Kalfman, Baron & Kopp, 1966; Harzem, Lowe & Bagshaw, 1978; Galizio, 1979; Catania, Matthews & Shimoff, 1982; Baron & Galizio, 1983; Matthews, Catania & Shimoff, 1985; Hayes, Brownstein, Zettle, Rosenfarb & Korn, 1986; Stoddard, Sidman & Brady, 1988; Torgrud & Holborn, 1990; Amorin, 2001). A pergunta preponderante em tais estudos pode ser sintetizada da seguinte forma: As descrições verbais das contingências podem controlar o comportamento não verbal dos sujeitos? Os procedimentos geralmente seguiam o padrão de testar circunstâncias em que as regras eram coerentes com as contingências programadas para o comportamento

não verbal, e circunstâncias em que as regras eram incoerentes com as contingências programadas. Essa estratégia metodológica, ou seja, a de isolar duas fontes de controle (os antecedente verbais e as contingências efetivamente em vigor para as respostas descritas) e estabelecer circunstâncias de coerência e incoerência permitia, portanto, verificar se os sujeitos seguiam ou não regras independentemente das contingências em vigor para o comportamento não verbal.

Em um estudo conduzido por Catania, Matthews & Shimoff (1982), adultos normais foram expostos a períodos durante os quais deveriam emitir respostas não verbais de pressionar uma tecla, sendo seguidos alternadamente por períodos de descrição do comportamento não verbal. Os pesquisadores manipularam o processo de instalação da resposta verbal descritiva, utilizando procedimentos de modelagem ou instrução. Os autores pressupunham que poderiam existir diferenças entre comportamento verbal instruído e comportamento verbal modelado, em termos de sensibilidade às contingências (Matthews, Shimoff, Catania & Sagvolden, 1977; Shimoff, Catania & Matthews, 1981); sendo assim, o processo de instalação da descrição de contingências poderia exercer influência sobre o grau de controle que a descrição poderia exercer sobre a resposta (não verbal) descrita. Os resultados demonstraram que ocorrem problemas na instalação de comportamento verbal por modelagem e, desse modo, ela não é obtida com facilidade. Porém, quando obtida, a descrição demonstra um forte controle sobre as respostas não verbais, mesmo diante de contingências que resultam na diminuição da taxa de reforçamento e no aumento do custo da resposta. Por outro lado, os dados demonstraram que a emissão de respostas verbais é produzida facilmente por instruções, mas indicam que as relações de controle entre respostas verbais e não verbais são variáveis e, portanto, mais frágeis. Diante desses dados, Catania, Matthews & Shimoff (1990) elaboraram algumas reflexões apontando extensões práticas, por exemplo, em clínica comportamental. Nesse sentido, sugerem que os terapeutas comportamentais deveriam utilizar em suas práticas mais modelagem do comportamento verbal do que controle instrucional em seus clientes, pois o procedimento de modelagem geraria comportamento verbal no cliente com maior probabilidade de controlar seu próprio comportamento não verbal.

Em outro estudo, Matthews, Catania & Shimoff (1985) buscaram descobrir qual forma de comportamento verbal produzia correspondência com mais frequência, comportamento modelado por contingências ou governado por regras. Além disso, verificaram se a descrição de contingências ou se a descrição de desempenho exerce maior controle sobre a correspondência com o comportamento não verbal. Os dados obtidos indicaram que o processo de modelagem do comportamento de descrever a contingência em esquema de razão, produziu as taxas mais altas de correspondência com o comportamento não verbal. Outro dado interessante diz respeito ao fato de que a maior parte dos sujeitos apresentou altas taxas de correspondência, tanto em relação ao comportamento de descrever desempenho quanto em relação ao comportamento de descrever contingências.

Em diálogo com a pesquisa anterior de Matthews, Catania & Shimoff (1985), Torgrud & Holborn (1990) discordaram das conclusões elaboradas por Catania e cols. (1982) em relação aos efeitos da modelagem do comportamento verbal sobre a emissão das respostas descritas; por exemplo, de que o processo de modelagem das descrições de contingências seria mais eficaz para controlar comportamento não verbal do que descrições de contingências derivadas de processos instrucionais, independentemente das contingências envolvidas. Nesse sentido, os pesquisadores (Torgrud & Holborn, 1990) afirmaram que os resultados encontrados por Catania e cols. estavam vinculados às contingências programadas para as respostas não verbal de pressionar, no caso, esquemas múltiplos com variantes de razão e intervalo, desse modo, tais esquemas produziram um baixo controle discriminativo sobre as respostas não verbais. Torgrud & Holborn (1990) desenvolveram uma replicação sistemática do estudo de Catania e cols. (1982), com algumas importantes diferenciações: mudança de esquema para garantir diferenciação de resposta, mudanças nos contadores de ponto, o responder sobre o desempenho não verbal deixou de ser livre e ficou circunscrito a cinco alternativas de múltipla escolha, as descrições passaram a ser solicitadas ao término de cada componente do esquema e não em conjunto como na pesquisa anterior. Os resultados

encontrados por Torgrud & Holborn (1990) diferiram dos encontrados por Catania e cols. e, por sua vez, concordam com conclusões em estudos semelhantes (Galizio, 1979; Buskist & Miller, 1986; Stodard, Sidman & Brady, 1986; Newman, Buffington & Hemmes, 1981; Newman e cols., 1995) e, desse modo, demonstraram que o controle exercido por um antecedente verbal, através de controle instrucional ou através de modelagem da descrição de contingências, varia em função das contingências programadas para a resposta não verbal descrita.

Uma replicação do estudo de Torgrud & Holborn (1990) foi conduzido por Amorim (2001), que encontrou resultados similares aos do estudo anterior, isto é, de que apenas sob determinados arranjos de contingências o comportamento verbal controla o comportamento não verbal, ou seja, apenas na medida em que as contingências programadas exercem forte controle discriminativo sobre respostas verbais controladoras e fraco controle discriminativo sobre as respostas não verbais controladas.

Uma outra linha de pesquisa, exemplificada aqui pelos estudos de Critchfield & Perone (1990/ 1993) e Critchfield (1993/ 1996) enfatizou manipulações tendo em vista contingências de três termos. Tais pesquisas buscaram investigar experimentalmente as influências que os eventos antecedentes exercem sobre o auto-relato e, nesse sentido, se essas influências afetam a correspondência entre comportamento verbal e não verbal.

Critchfield & Perone (1990) escolheram como sujeitos quatro estudantes de graduação entre dezenove e vinte e um anos, e utilizaram como procedimento para manipular classes de estímulos antecedentes o emparelhamento atrasado segundo o modelo (delayed matching to sample). Nesse procedimento aparecia em uma tela um estímulo modelo que desaparecia segundos antes da apresentação dos estímulos de comparação, momento esse, quando o sujeito tinha que escolher o estímulo análogo ao modelo. Na etapa seguinte o sujeito tinha que relatar, dentre duas possibilidades (sim e não), se havia efetuado corretamente as tarefas diante das alternativas apresentadas pelo computador anteriormente. Os resultados demonstraram (na medida em que os experimentadores diminuíram o tempo de realização da atividade a ser realizada no computador e, como decorrência desse fato, ocorreu aumento considerável da frequência de respostas erradas) que os sujeitos aumentaram a emissão de relatos falsos, ou seja, diziam que tinham acertado quando na verdade tinham errado. Conseqüentemente, ocorreu diminuição significativa da correspondência entre o fazer e o dizer dos sujeitos. O experimento demonstrou, portanto, que as alterações em classes de estímulos antecedentes, no caso, diminuição do tempo de atividade a ponto de produzir maior número de erros em sua consecução, podem alterar a acurácia do auto-relato. É importante ressaltar, ainda, que para efeito de controle experimental, as classes de estímulos conseqüentes ao auto-relato permaneceram estáveis ao longo do experimento.

Critchfield & Perone (1993) replicaram o estudo anterior aplicando Matching to Sample mas, desta vez, aumentaram o número de elementos de comparação, elevando, assim, a complexidade da classe de estímulos antecedentes. Os resultados demonstraram que quando os sujeitos responderam verbalmente se haviam acertado ou não a atividade oferecida pelo computador, assim como no experimento anterior de Critchfield & Perone (1990), tenderam a responder, na maioria das vezes, que acertaram mesmo quando erraram. Diante disso, os resultados do estudo anterior foram confirmados. Os autores ressaltaram, ainda, o fato de que os relatos verbais emitidos pelos sujeitos, alta frequência em dizer que acertou mesmo quando errou (momento de diminuição da frequência de correspondência entre comportamento verbal e não verbal), e alta frequência em dizer que acertou quando acertou (momento de alta incidência de correspondência) caminham na direção de evidenciar nas histórias comportamentais dos sujeitos prevalência em buscar reforçadores sociais, pois dizer que acertou pode aumentar a probabilidade de esquiva de reforçadores negativos sociais ou a probabilidade da presença de reforçadores positivos sociais.

Na mesma direção dos estudos anteriores, Critchfield (1993) investigou a influência de classes de estímulos antecedentes sobre o auto-relato. Para isso, observou o auto-relato em sujeitos que estavam fazendo uso de um medicamento, no caso, diazepam. Os resultados demonstraram que ocorreu diminuição

na taxa de correspondência verbal-não verbal quando os sujeitos ingeriam diazepam, por outro lado, a taxa aumentou quando foi ingerido placebo.

Em um outro estudo em que variáveis antecedentes foram manipuladas para que fossem observadas suas influências sobre o comportamento verbal, Critchfield (1996) modificou um aspecto do delineamento tendo em vista as pesquisas anteriores. Enquanto nas outras pesquisas o sujeito tinha duas possibilidades de resposta para o caso de haverem acertado a tentativa de emparelhamento com o modelo (sim ou não), nesta pesquisa foi adicionada uma terceira possibilidade (não sei). O comportamento alvo analisado foi à latência dos relatos sobre as atividades. Foi observado que os sujeitos demoravam mais para relatar erros do que acertos. Além disso, ocorreu aumento na frequência de escolhas da alternativa - não sei - ao responderem se haviam pontuado ou não na atividade, quando os sujeitos haviam errado as tentativas da tarefa. Segundo os pesquisadores, a alternativa - não sei - passou a ter a função de esquiva da alternativa em que o sujeito indicaria que errou. E, mais uma vez, ficou demonstrado que afirmar ter cometido erros provavelmente exerce funções aversivas para os sujeitos, de modo que os sujeitos se esquivam das “possíveis” conseqüências que essas afirmações produziram.

Foram encontradas duas pesquisas sobre correspondência verbal-não verbal em situação natural, Ricci (2003) e Leme (2005). Ricci (2003) buscou estudar as interferências que podem afetar o dizer e o fazer em situação natural, no caso, o comportamento verbal e não verbal de professores em sala de aula que envolvia comportamentos-problema dos alunos. A pesquisadora aplicou um questionário que descrevia diferentes cenários encontrados no cotidiano das relações professor-aluno. Questionário esse que estabeleceu as classes de estímulos antecedentes e os comportamentos dos alunos, diante dos quais foi perguntado aos professores o que fariam diante daquela situação. Tal questionário foi montado tendo em vista observações, feitas pela pesquisadora, de situações-problema com diferentes professores que não foram sujeitos do estudo. Uma segunda etapa da pesquisa envolveu observações das aulas de diferentes professores sujeitos da pesquisa e, nesse sentido, foram realizados registros cursivos dos comportamentos de professores e alunos ocorridos em sala de aula. Foram observadas aulas de três professores do ensino médio, duas vezes por semana cada, em turmas diferentes, durante três semanas. As observações tiveram como foco as situações problema análogas às apresentadas no questionário. Os resultados da pesquisa demonstraram baixa frequência de ocorrências de correspondência entre comportamento verbal e não verbal, levando em conta a topografia das respostas do professor em relação às apresentadas no questionário. Por outro lado, se for analisada a funcionalidade de tais respostas, ou seja, a produção de conseqüências semelhantes, observa-se correspondência em aproximadamente cinquenta por cento das respostas. Os dados foram analisados utilizando três categorias: Correspondência topográfica e possivelmente funcional; correspondência não topográfica, mas possivelmente funcional; e correspondência não topográfica nem possivelmente funcional. Como, mesmo na correspondência funcional, metade dos dados obtidos não demonstrou correspondência com os relatos dos sujeitos a autora discutiu os dados tendo em vista que: a) o professor emitiu classes de respostas sob controle de variáveis distintas, uma pergunta dirigida na situação de questionário, e um contexto real em sala de aula; b) a alta variabilidade de situações em sala de aula, de modo a gerar discrepâncias entre as situações apresentadas no questionário e as que de fato ocorreram; c) as respostas dos professores ao questionário podem estar sob controle de classes de estímulos, diferentes daquelas em que as observações se realizaram, por exemplo, o professor responder ao questionário tendo em vista outros alunos e não aqueles que o questionário pergunta; d) a multiplicidade de variáveis que controlam o comportamento do professor, tanto as mais imediatas como as mais remotas.

Leme (2005) observou que talvez um dos aspectos metodológicos que provavelmente tenha produzido mais problemas nos dados obtidos por Ricci (2003) foi o fato de o questionário ter como base situações não vividas pelos sujeitos da pesquisa. Desse modo, as situações apresentadas no questionário em grande parte não faziam referência às situações vivenciadas pelos professores em sala de aula. Assim, Leme (2005) conduziu uma pesquisa que teve como objetivo investigar a correspondência verbal-não verbal

do comportamento de professores em sala de aula, porém, distintamente de Ricci (2003), a observação em sala de aula precedeu a aplicação do questionário que, por sua vez, teve como base as situações observadas. Sendo assim, foram elaborados questionários para cada aula de cada professor. Os questionários continham situações antecedentes e os comportamentos dos alunos e, em seguida, uma pergunta. Quando se buscava investigar o comportamento futuro um exemplo foi: a) *Imagine que você é o professor B. O que você faria em relação a esse comportamento do aluno no momento em que ele ocorresse?* E se a investigação fosse em relação ao comportamento passado: b) *O que você fez em relação a esse comportamento do aluno no momento em que ele ocorreu?* Tanto as investigações sobre o comportamento presente como sobre o comportamento passado tiveram como base situações reais observadas nas salas de aula, lembrando que um dos objetivos da pesquisa foi verificar se a forma da pergunta, referindo-se sobre o que o professor faria ou fez, controla diferentes respostas do sujeito. Os resultados demonstraram que os sujeitos obtiveram maior frequência de relatos correspondentes à situação observada, principalmente em relação ao comportamento passado. Por outro lado, o estudo permitiu a indicação de possíveis variáveis que influenciam a correspondência entre os comportamentos verbal e não verbal dos professores em ambiente natural.

De modo geral, o conjunto das pesquisas anteriores tem como marca principal o fato de terem sido conduzidas em laboratório, com ambiente controlado, e possibilitando, desse modo, isolar e manipular variáveis. Diversas análises funcionais foram, assim, estabelecidas. O isolamento e o controle de variáveis foram facilitadores fundamentais para tais análises e, por outro lado possibilitaram, concomitantemente, extensões para o comportamento humano em ambiente natural elaboradas por analogia. No entanto, em ambiente natural, as contingências das quais o comportamento é função atuam de modo múltiplo e diversificado, sendo assim, poder-se-ia falar em redes de contingências que determinam o comportamento humano, no caso, aqui em análise, o comportamento verbal. Nesse sentido, tais determinantes podem refletir sobre a correspondência entre o falar e o fazer de diversas formas, muitas das quais, provavelmente, desconhecidas.

Diante disso, acredita-se ser bastante significativo para a análise do comportamento o fato de se ter encontrado escassa literatura que tenha pesquisado correspondência entre fazer e falar (atos sobre comportamento verbal e não verbal) em situação natural. Esse problema foi levantado pela última revisão sobre pesquisas na área de relações entre comportamento verbal e não-verbal. Lloyd (2002), por sua vez, propôs que essa deve ser uma das fontes de renovação dessa área de pesquisa. Por isso pesquisas em situação natural podem contribuir para o avanço da análise do comportamento e para um entendimento ampliado sobre o comportamento humano.

O comportamento verbal na terapia comportamental

Tem sido bastante promissor o uso do contexto existente nas relações terapeuta- cliente e dos comportamentos que aí estão inseridos para pesquisa na abordagem analítico-comportamental (Almásy, 2004; Baptistussi, M. C., 2001; Barrouin, M. S., 2001; Chequer, M. A. A., 2002; Kovac, R., 2001; Margotto, A., 1998; Moreira, S. B. S., 2003; Moriyama, J. S., 2003; Silva, A. S. & Banaco R., 2000; Silva, A. S. 2001; Silveira, J. M. & Kerbauy, R. R. 2000; Souza Filho, R. C. 2000; Wielenska, R. C. 2000; Zamignani, D. R. & Andery, M. A. P. A. 2005; Siebert, G., 2006). Pode-se afirmar que o ambiente terapêutico aproxima-se do natural, tendo em vista o controle de variáveis possível de ser estabelecido em laboratório e as dificuldades de tal controle no ambiente terapêutico (Baer, D. M., 1981; Michael, J., 1980; Kiesler, D. J., 1966).

Todas as pesquisas citadas neste tópico foram feitas em terapia analítico- comportamental. Tal denominação tem sido cada vez mais utilizada (Tourinho, E. Z. & Cavalcante, S. N., 2001) para designar a abordagem terapêutica que está fundamentada na filosofia do Behaviorismo Radical e na Ciência da Análise do Comportamento, ambas elaboradas inicialmente por B. F. Skinner.

Skinner se debruçou para analisar a prática clínica em vários momentos de sua obra (Viva, 2006) e de modo mais aprofundado e específico em dois escritos. Primeiramente Skinner ([1953]2000) analisou a Psicoterapia como uma agência de controle, ao lado do governo, da religião, da economia e da educação; e definiu que o campo de atuação da Psicoterapia está em trabalhar com os subprodutos do controle que são perigosos seja para os indivíduos seja para os outros. Tais subprodutos são as denominadas psicopatologias e estados internos de sofrimento que, por sua vez, podem ser entendidas a partir do referencial analítico-comportamental, ou seja, sendo construídos e mantidos por diferentes arranjos de contingências de reforçamento, geralmente, coercitivas. Contingências estudadas de modo mais aprofundado por Sidman ([1989]1995). Desse modo, Skinner afirmou que a abordagem comportamental (de modo distinto das outras formas terapêuticas de base mentalista, que buscam alterar aspectos internos, supostos causadores das psicopatologias e dos sofrimentos pessoais) teria como objetivo alterar contingências de reforçamento para, assim, alterar a condição psicopatológica e o estado de sofrimento subjacente.

Em um segundo momento de sua obra Skinner ([1989]1991) analisou o que denominou como o lado operante da terapia comportamental. O terapeuta deveria entender sentimentos, pensamentos, psicopatologias, verbalizações e vínculo interpessoal como fenômenos comportamentais construídos e mantidos sob controle de contingências de reforçamento. Desse modo, na medida em que as contingências de reforçamento são modificadas, também serão modificados os fenômenos comportamentais. Assim, se o terapeuta tem condições de alterar contingências no sentido de beneficiar o cliente, a terapia tem alta probabilidade de ser bem sucedida. O sucesso da terapia está, portanto, em conseguir estabelecer contingências, cada vez mais, baseadas em reforçamento positivo. Nesse momento pode-se perguntar: mas como o terapeuta pode alterar contingências se a sua atuação terapêutica se dá entre quatro paredes e, por sua vez, as contingências que afetam os comportamentos do cliente estão fora desse âmbito terapêutico? Skinner ([1989]1991) respondeu que os limites e as possibilidades de atuação terapêutica são determinados pelas possibilidades do comportamento verbal. Desse modo, o terapeuta busca descrever as contingências que atuam sobre o cliente e, assim, emite regras, conselhos e modelos verbais de ação: se o cliente ficar sob controle desses comportamentos emitidos pelo terapeuta, emitir comportamentos diferenciados em suas relações fora do ambiente terapêutico e esses comportamentos alterarem as contingências de reforçamento que estavam operando sobre o cliente, então, poderemos falar em efetividade terapêutica.

Têm sido cada vez mais aprofundadas as reflexões sobre a prática terapêutica baseada na abordagem analítico-comportamental. Por exemplo, estudos sobre o papel do comportamento verbal na terapia (Hubner, 1997), o impacto emocional que o cliente tem sobre o terapeuta (Banaco, 1993), os determinantes do comportamento do terapeuta (Guilhardi, 1997), o vínculo terapeuta-cliente (Delitti, 2005), terapia infantil (Regra, 2000), terapia de pacientes com diagnóstico de transtornos (Zamignani & Andery, 2005). Desse modo, são muitos os esforços despendidos para um entendimento mais aprofundado da prática denominada terapia analítico-comportamental.

A área de pesquisa que se insere o estudo das relações entre comportamento verbal e não verbal vem diminuindo sensivelmente do final da década de oitenta até o presente momento. Essa diminuição vem sendo apontada por estudos de revisão (Paniagua, 1990; e, principalmente, Lloyd, 2002) que, por sua vez, indicam os estudos de relações entre comportamento verbal-não verbal em contextos naturais, como alternativa profícua de retomada do desenvolvimento e da expansão dos estudos na área de correspondência e, mais amplamente, da expansão da Análise do Comportamento Aplicada.

O entendimento de um fenômeno comportamental (a consciência que o terapeuta tem sobre o que faz), tão importante para a efetividade de uma prática psicológica corrente (a prática clínica), pode trazer várias conseqüências relevantes para a Psicologia como ciência e profissão. São diversos os estudos, todos com contornos especulativos, que afirmaram enfaticamente a importância do autoconhecimento para

o terapeuta, na medida em que se tem como objetivo uma prática terapêutica comportamental efetiva (Kölenberg & Tsai, 1987; Banaco, 1997; Guilhardi, 1997; Guilhardi & Queiroz, 1997; Kerbauy, 2001; Beckert, 2002; Otero, 2004; Wielenska,

2004). Nesse sentido, o autoconhecimento do terapeuta pautaria o gerenciamento de seu instrumento de trabalho, ou seja, seu próprio comportamento verbal e não verbal (os dados coletados e sua seleção, análises, estratégias de intervenção, o manejo da intervenção – acréscimos e modificações necessárias durante a relação com o cliente, o que pensou ou sentiu durante o processo). Em outras palavras, a consciência que o terapeuta tem sobre o que fez, faz ou fará durante a interação com o cliente é vista como a pedra-ângular da prática terapêutica, de tal modo que se esse fenômeno comportamental (a autoconsciência do terapeuta) não estiver presente não se sabe se tal relação poderá ser nomeada como terapêutica (pois, se fosse assim, o terapeuta estaria nas mesmas condições que o cliente, a saber, ambos inconscientes de si e das variáveis às quais seus comportamentos são função e, desse modo, como poderia se dar à ajuda? Somente se as contingências de reforço presentes na vida do cliente forem favoráveis e, nesse caso, pode-se perguntar: então, para que terapia?).

Diante da importância que parece ter, para a prática terapêutica, a autoconsciência do terapeuta (saber descrever, por exemplo, o que fez ou falou na relação com o cliente), e sabe-se ser esta a crença dos estudiosos que fazem e refletem sobre terapia, causa estranheza ver que não há estudos sistemáticos e empíricos que busquem visualizar melhor tal fenômeno comportamental.

Por fim, é na mesma direção dos trabalhos de Ricci (2003) e Leme (2005) que o presente trabalho se insere: pesquisar as relações entre fazer e falar em contexto natural. É importante, entretanto, no âmbito de pesquisa clínica, pesquisar o comportamento do terapeuta através de descrições sobre o que o terapeuta fez ou falou durante as interações com o cliente.

Portanto os objetivos da presente pesquisa são:

Geral

Verificar as relações entre os relatos verbais emitidos por terapeutas comportamentais sobre seus comportamentos nas interações com seus clientes e os respectivos comportamentos que de fato ocorreram nas interações com os clientes.

Específicos

1. Selecionar episódios de interação verbal entre terapeuta e cliente que ocorreram na seguinte condição:

a. Episódios em que os terapeutas emitiram comportamentos verbais e não-verbais em que conseqüenciaram comportamentos verbais e não-verbais dos clientes durante sessões de terapia comportamental (o termo conseqüenciar foi definido neste trabalho como episódios em que ocorreram atuações terapêuticas diversas após a emissão de um dado comportamento do cliente).

2. Categorizar os auto-relatos dos terapeutas comportamentais sobre os comportamentos que emitiram na interação com seus clientes.

3. Medir Latência e Tempo da Resposta verbal dos terapeutas.

4. Obter a frequência das categorias na seqüência fazer-dizer e ou dizer-dizer dos terapeutas comportamentais pesquisados.

Método

Participantes

Participaram do presente estudo: quatro terapeutas comportamentais, nove clientes, um entrevistador, dois juízes independentes para a análise dos dados e o próprio pesquisador. Foram utilizados os seguintes critérios para a seleção dos participantes:

1. Quatro terapeutas comportamentais: estes profissionais foram selecionados de acordo com os seguintes critérios: 1. estarem devidamente registrados no CRP (Conselho Regional de Psicologia) da região onde atuam; 2. Seu atendimento em terapia comportamental ser realizado em clínica ou instituição particular; 3. Três terapeutas, que serão participantes da pesquisa, com tempo de experiência distinto (um que esteja atuando há menos de um ano; um com cinco anos de atuação; e um com oito anos de atuação). Do quarto terapeuta não foi solicitada exigência sobre tempo de atuação, pois ele deveria produzir os dados de apenas uma Sessão de atendimento que seria utilizada para o treino dos juízes e para o teste da adequação das categorias de análise.

A partir de uma amostra de terapeutas comportamentais indicados por colegas de trabalho, o contato foi realizado pelo próprio pesquisador que explicou para cada um os objetivos da pesquisa e no que consistia sua participação e, ao passo que se mostraram de acordo, assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo C). Por fim, cada terapeuta ficou ciente que: a) O seu comportamento estava sendo alvo da pesquisa; b) Três sessões com clientes distintos seriam filmadas integralmente; c) Pode finalizar a filmagem e interromper sua participação na pesquisa no momento que desejar; d) Deve responder a um questionário, após a Sessão, que será aplicado por um entrevistador. O terapeuta que foi sujeito para o treino dos juízes assinou um termo de consentimento livre e esclarecido específico (Anexo D)

2. Dez Clientes: A seleção dos clientes foi realizada utilizando-se os seguintes critérios: 1. idade igual ou superior a dezoito anos, 2. de ambos os sexos, 3. três clientes de cada terapeuta pesquisado, não importando o momento em que se encontra o processo terapêutico (se está no início, no meio ou no fim do tratamento).

Os terapeutas investigaram quais pacientes tinham interesse em participar da pesquisa, de modo que os interessados, por sua vez, entraram em contato com o pesquisador que lhes explicou os objetivos da pesquisa e no que consistia sua participação. Ao se mostrarem de acordo assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo E), nesse sentido, foram informados que: a) O objeto da pesquisa será o comportamento do terapeuta e não o comportamento do cliente; b) Será filmada uma Sessão de terapia integralmente; c) Poderá pedir para finalizar a filmagem, e desistir de participar da pesquisa, no momento que desejar.

3. Um entrevistador: A seleção do entrevistador foi realizada utilizando-se o seguinte critério: 1. ser terapeuta comportamental devidamente registrado no CRP (Conselho Regional de Psicologia) da região onde atua. O contato com esse profissional foi feito pelo pesquisador, que lhe explicou o objetivo geral da pesquisa e os aspectos referentes à aplicação da entrevista (por razão de controle de variáveis, não serão explicados detalhes da metodologia). Ao se mostrar de acordo, o entrevistador assinou o termo de consentimento livre e esclarecido (anexo F). Nesse sentido, tal profissional demonstrou estar ciente que: a) deveria aplicar um roteiro específico, que seria elaborado e entregue pelo pesquisador antes da entrevista, para cada um dos três terapeutas sujeitos (seria elaborado pelo pesquisador um roteiro para cada terapeuta) e para o terapeuta do treino dos juízes; b) Não teria acesso aos dados coletados na relação daquele terapeuta com aquele cliente específico.

4. Dois juízes: Ambos terapeutas comportamentais devidamente registrados no CRP (Conselho Regional de Psicologia) da região onde atuam. O contato com os dois profissionais foi feito pelo próprio pesquisador que, por sua vez, explicou os objetivos da pesquisa. Ao mostrarem-se de acordo, os juízes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo G).

Para a seleção dos juízes foram preenchidos os seguintes critérios: a) Ter mais de cinco anos de experiência profissional em terapia analítico-comportamental; b) Ter conhecimento sobre análise do comportamento, demonstrado através de participação em congressos com apresentação de trabalhos e ou palestras e aulas ministradas em área correlata (terapia comportamental, educação etc.) e após responder a uma prova de conhecimentos sobre a abordagem analítico-comportamental (Anexo B). Tais informações foram coletadas pelo próprio pesquisador ao aplicar o roteiro de entrevista estruturada para a seleção dos terapeutas e dos juízes (Anexo A), que também ficou incumbido de explicitar a natureza de suas participações: analisar nove sessões de terapia, com três terapeutas e nove clientes distintos, tendo como foco categorizar as relações entre comportamento verbal e não-verbal e comportamento verbal e verbal dos terapeutas, tendo como base as categorias estabelecidas pelo pesquisador.

O primeiro juiz era do sexo masculino, formado há sete anos e atuando a seis anos em terapia analítico-comportamental. Demonstrou através de certificados ter: dois anos de estágio supervisionado na área; dois anos de curso de formação em terapia analítico-comportamental; ministrar aulas na abordagem analítico-comportamental; participação em congressos pelo menos uma vez por ano: com apresentação de trabalhos com enfoque em terapia analítico-comportamental.

A segunda juíza era do sexo feminino, formada há seis anos e atuando a seis anos em terapia analítico-comportamental. Demonstrou através de certificados ter: dois anos de estágio supervisionado na área; dois anos de curso de formação em terapia analítico-comportamental; dois anos de especialização em terapia analítico-comportamental; ministrar aulas na abordagem analítico-comportamental; participação em congressos pelo menos uma vez por ano: com apresentação de trabalhos com enfoque em terapia analítico-comportamental.

5. Pesquisador: Terapeuta Analítico-Comportamental devidamente registrado no CRP, com atuação há quatorze anos. Supervisor em terapia comportamental há dez anos. Docente da PUC-Campinas há cinco anos. O próprio pesquisador foi considerado participante ativo na pesquisa, na medida em que exerceu as seguintes funções: a) entrar em contato com quatro terapeutas comportamentais, três que foram sujeitos da pesquisa e um que forneceu os dados para o treino dos juízes; nove clientes (três de cada sujeito) e um cliente do treino dos juízes, um entrevistador e dois juízes como colaboradores da pesquisa e, assim, realizou a coleta de informações necessárias e a conseqüente seleção; b) Preparou o material para a coleta de dados: filmagem; roteiro de entrevista; protocolo de análise; c) Assistiu a filmagem de cada uma das sessões e, a partir de tais observações, transcreveu a Sessão na íntegra e literalmente. Diante das transcrições e das observações das filmagens selecionou as contingências relevantes (episódios em que o terapeuta emitiu comportamentos verbais e ou não verbais diante dos comportamentos de seus clientes), e assim elaborou a montagem do roteiro de entrevista para a coleta das classes de respostas verbais do terapeuta; d) Participou como um terceiro juiz, para que a comissão de juízes fosse composta por um número ímpar, em caso de necessidade de desempate; e) Interpretou os dados e redigiu a tese.

Materiais

Foram utilizados termos de consentimento livre e esclarecido preenchidos e assinados individualmente por: terapeutas (Anexo C), terapeuta sujeito da Sessão de teste para juízes (D), clientes (Anexo E), entrevistador (Anexo F), Juízes (Anexo G), concordando com a sua participação na pesquisa e autorizando a divulgação dos resultados que, por sua vez, resguardaram a identificação de todos os participantes. Qualquer informação que possibilitasse identificar os terapeutas e os clientes envolvidos foi evitada, aspecto que não foi difícil de ocorrer pelo fato dos resultados relevantes para análise não necessitarem de qualquer informação pessoal.

Foi utilizada uma filmadora de Mini DV de marca JVC (25 X Optical Zoom) com tripé, para registro integral das sessões. O ambiente de coleta de dados das sessões de atendimento terapêutico foi a sala de

atendimento do próprio profissional em seu consultório clínico particular. Por sua vez, foi utilizado o mesmo local para aplicação, posterior, dos questionários.

Os questionários aplicados nos terapeutas continham descrições de situações observadas nas filmagens das interações terapeuta-cliente, mais precisamente, dos episódios de interação em que o terapeuta emitiu comportamento verbal e ou não - verbal. Tais descrições contemplaram: comportamentos do terapeuta e comportamentos do cliente que antecederam ao comportamento alvo do terapeuta (conseqüenciar) e, em seguida, uma pergunta formulada do seguinte modo: Nesse momento o que você fez ou falou para o cliente? Esses questionários contiveram o número de questões que foram correlatas ao número de episódios de interação verbal e ou não -verbal encontrados pelo pesquisador durante a Sessão terapêutica. Nesse momento faz-se importante ressaltar que os relatos coletados no questionário estavam vinculados à descrição do que o terapeuta fez ou falou, e não a nomeação de possíveis procedimentos aplicados pelo terapeuta. Exemplos ilustrativos, já que tais questionários foram feitos apenas após a visualização da Sessão que continham as relações terapeuta-cliente, constam nos Anexos I.

Procedimento

Seleção dos Participantes

A - Terapeutas: Primeiramente foi selecionado um terapeuta analítico - comportamental para a coleta dos dados referentes a uma Sessão que seria utilizada para o treino do juízes e para o teste de adequação das categorias de análise. Posteriormente, foram selecionados os sujeitos da pesquisa: três terapeutas analítico -comportamentais com experiências distintas (um com menos um ano de experiência, um com de cinco anos de atuação, e outro com oito anos de atuação), a partir de uma amostra de terapeutas comportamentais. Para investigar os critérios anteriores o pesquisador aplicou em cada terapeuta uma entrevista estruturada (Anexo A), e para obter dados sobre os conhecimentos que tais terapeutas tinham da abordagem em que atuavam foi aplicado uma prova de conhecimentos (Anexo B). Foi observado, portanto, se os terapeutas seguiam os seguintes critérios:

- Estarem devidamente registrados no CRP (Conselho Regional de Psicologia) da região onde atua;
- Seu atendimento psicológico ser realizado, preferencialmente, em clínica ou instituição particular.

Preenchendo-se tais critérios, o pesquisador entrou em contato com cada terapeuta e diante da sua disponibilidade para participar da pesquisa, informou-o dos objetivos desta e no que consistia sua participação:

- Investigar três clientes que se disponibilizem em participar da pesquisa;
- Possibilitar que uma Sessão com cada cliente seja filmada;
- Responder um questionário para um entrevistador

Ao mostrar-se de acordo, o terapeuta assinou o termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo C).

Preenchidos os critérios citados acima, o terapeuta foi então selecionado para participar da pesquisa.

B - Clientes: Os terapeutas participantes, após conectarem três clientes acima de dezoito anos que demonstraram interesse de participar da pesquisa, encaminhou-os ao pesquisador que descreveu mais detalhes sobre as suas participações (informações sobre o objetivo de estudo da pesquisa, necessidade de filmagem e a importância de proteção dos dados que pudessem identificar a identidade do cliente). Após esse processo os clientes que concordaram em participar assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo E). Os clientes, ainda, foram informados que tinham a liberdade para desistir de sua participação a qualquer momento, sem que viesse ocorrer qualquer ônus ou punição. O mesmo procedimento foi seguido para o cliente que participou da Sessão que foi utilizada para o treino dos juízes e para o teste da adequação das categorias.

C - Entrevistador: A partir de amostra sugerida por colegas de trabalho de terapeutas analítico-comportamentais, que preenchem o seguinte critério: Ser Psicólogo registrado no CRP (Conselho Regional de Psicologia) de sua região, e ter interesse em participar como colaborador na presente pesquisa. Preenchendo tais critérios, o pesquisador entrou em contato e informou sobre o objetivo geral da pesquisa e os aspectos referentes à aplicação da entrevista. Por razão de controle de variáveis na efetivação da entrevista, não foram fornecidas informações mais detalhadas da pesquisa e dos dados coletados para o entrevistador. Nesse sentido, o entrevistador não participou da consecução dos questionários. O entrevistador aplicou um questionário para cada terapeuta, desse modo, foi responsável por uma entrevista com cada um dos três terapeutas, além do questionário para o terapeuta que forneceu os dados para o treino dos juízes. Assim que o entrevistador concordou, assinou o termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo F).

D - Juízes: A partir de amostra sugerida por colegas de trabalho (terapeutas analítico-comportamentais) que tinham preenchido os seguintes critérios:

a) Mais de cinco anos de experiência em terapia analítico-comportamental;

Preenchido esse critério, o pesquisador realizou um primeiro contato com os dois Juízes selecionados: momento em que foram informados dos objetivos da pesquisa e no que consistiria a sua participação: categorizar as relações entre as verbalizações do terapeuta sobre o que ele fez ou falou nas interações com um dado cliente, em uma dada Sessão de terapia (respostas coletadas através de entrevista) e as descrições das observações do que ele realmente fez na interação com o cliente. Após tal explicação o processo de avaliação teve continuidade.

b) Nesse momento, o pesquisador aplicou a entrevista estruturada para a seleção dos juízes (Anexo A). Após pedido do pesquisador, os participantes forneceram currículo documentado que, por sua vez, demonstrou que eles tinham experiência comprovada em análise do comportamento: comprovada através de participação em congressos com apresentação de trabalhos na área, e através de experiência docente em análise do comportamento aplicada.

c) Em seguida, os participantes responderam a uma prova (Anexo B) que visou avaliar os conhecimentos dos participantes sobre a abordagem analítico-comportamental: se essa prova demonstrasse que os participantes não tivessem os conhecimentos que estavam sendo avaliados, o processo de seleção dos juízes seria reiniciado.

d) Ao preencher tais critérios, o pesquisador entrou em contato e emitiu informações mais detalhadas em relação ao trabalho a ser realizado pelos juízes, a saber: passar por situação de treino e de teste sobre a adequação das categorias de avaliação, analisar três sessões de três terapeutas com clientes distintos, de modo a totalizar nove sessões, sendo que cada Sessão continha em torno de dez trechos para serem categorizados, perfazendo, desse modo, um total aproximado de noventa trechos, tendo em vista as nove sessões. Nesse sentido o foco de análise seria: os juízes deveriam comparar as respostas verbais dos terapeutas (obtidas através do questionário) sobre o que fizeram ou falaram na relação com seus clientes, com os trechos respectivos da Sessão sobre o que de fato os terapeutas fizeram ou falaram (obtidos através da transcrição literal das filmagens sobre a Sessão terapêutica) e, assim, avaliá-las segundo as categorias estabelecidas. Quando os participantes demonstraram concordar em participar, assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo G). Qualquer critério que não fosse preenchido durante o processo de seleção, ou se o participante não concordasse em participar, a seleção deveria ser reiniciada.

Coleta de Dados

Após a seleção dos participantes, confirmada através da autorização por escrito do consentimento livre e esclarecido, teve início o processo de coleta de dados.

O processo se iniciou um pouco antes da Sessão de terapia, com a instalação da filmadora com tripé na sala de consulta do terapeuta. A câmera focalizou terapeuta e cliente de perfil, de modo a visualizar expressões corporais de ambos e captar com clareza suas verbalizações. A filmagem contemplou a Sessão na íntegra.

Terminada a Sessão e retirado pelo pesquisador todo o material da sala, iniciou-se, em seguida, a etapa de elaboração do questionário. Agora, em um local com privacidade, o pesquisador voltou o filme e assistiu à fita. Em seguida, transcreveu a Sessão na íntegra. A partir da transcrição, selecionou os episódios de interação de interesse para a pesquisa, ou seja, episódios em que o terapeuta emitiu comportamentos verbais e não-verbais na relação com seus clientes. Terminado isso, o terapeuta comparou os episódios selecionados através da transcrição com a observação do trecho correspondente na filmagem para, assim, observar se a coleta do episódio através da transcrição estava contemplando todos os detalhes relevantes para a análise.

Iniciou-se, por conseguinte, o processo de elaboração do questionário. A partir do trecho selecionado em que constava o comportamento de consequenciar (qualquer atuação terapêutica após a emissão de um comportamento do cliente) emitido pelo terapeuta diante de seu cliente, buscou-se na transcrição literal da Sessão as interações antecedentes entre terapeuta e cliente: verbalizações do terapeuta e do cliente anteriores ao comportamento alvo do terapeuta. O recorte para se estabelecer os antecedentes tinha como critério o instante que se iniciava o assunto que culminava com o comportamento alvo do terapeuta. Desse modo, a questão se iniciava da seguinte forma: ***Em um dado momento da Sessão o cliente falou***, ou poderia ser: ***Em um dado momento da Sessão você falou***. Em outras palavras, o recorte inicial da questão poderia ter início com uma verbalização do cliente ou do terapeuta: a escolha estava alicerçada no início do tema que culminava com o comportamento alvo. A questão tinha continuidade seguindo um encadeamento que contemplava a suposta seqüência: ***você*** (o terapeuta), ***por conseguinte, disse isso, em seguida o terapeuta disse aquilo e assim por diante***, até culminar com o momento em que o terapeuta emitiu o comportamento alvo sobre o comportamento do cliente. Momento esse, omitido na questão através da pergunta: ***Nesse momento o que você fez ou falou para o cliente?***

Terminado o bloco de questões da Sessão, geralmente, perfazendo em torno de um total de dez, o pesquisador voltava para as filmagens e observava se os antecedentes, obtidos através da transcrição, contemplavam detalhes observados na filmagem que poderiam ser relevantes para a construção da questão. O objetivo fundamental da questão foi de fornecer classes de estímulos antecedentes que pudessem aumentar a probabilidade de exercer função discriminativa para classes de respostas do terapeuta no momento da entrevista. As questões estão nos Protocolos de Avaliação (Anexo I)

A aplicação do questionário ocorreu sete dias após a entrevista (de modo que seguiu a estrutura típica de um processo terapêutico: o encontro entre terapeuta e cliente geralmente ocorrer seguindo espaços de sete dias entre um encontro e outro). Assim sempre foi pré-agendada com o entrevistador e com o terapeuta a data e a hora da entrevista. Nesse sentido, o questionário foi entregue ao entrevistador que, por sua vez, aplicou-o no terapeuta.

Para a entrevista utilizou-se um gravador de áudio. Em uma sala privada, o entrevistador leu cada questão pausadamente. O sujeito podia pedir para repetir a pergunta se, por algum motivo, não entendesse. Por sua vez, o entrevistador esperava o tempo necessário, requisitado pelo sujeito, para responder a questão. Na medida que o sujeito respondia, passava-se para a questão subsequente, até a finalização daquele bloco de questões.

As duas primeiras sessões de cada terapeuta investigado seguiram o padrão descrito anteriormente, ou seja: aplicar-se o roteiro de entrevista após uma semana da Sessão investigada. De outra forma, a terceira Sessão de cada terapeuta, sendo esta com o terceiro cliente, seguiu uma alteração no procedimento, a saber: imediatamente antes de responder ao questionário, o terapeuta assistiu a filmagem

da Sessão em que o questionário foi elaborado; e somente em seguida, o questionário foi aplicado. Para tal, o pesquisador forneceu para o entrevistador um computador com a filmagem da Sessão, a ser vista, já gravada. Assim, bastava o entrevistador apertar a tecla de enter do teclado do computador para que a Sessão aparecesse no visor.

Para salientar, foram, portanto, obtidos os seguintes dados: 1-verbalizações do terapeuta sobre o que fez ou falou durante a Sessão com o cliente após sete dias de ocorrência da Sessão (primeira e segunda de cada terapeuta), quando foi aplicado um questionário, elaborado pelo pesquisador e aplicado por um entrevistador; 2- verbalizações do terapeuta sobre o que fez ou falou durante a Sessão com o cliente após sete dias de ocorrência da Sessão, quando foi aplicado um questionário, elaborado pelo pesquisador e aplicado por um entrevistador, **após observação feita pelo sujeito da filmagem completa da Sessão** (terceira Sessão de cada terapeuta).

Foi elaborado, por conseguinte, o protocolo de avaliação (Anexo I). Tal protocolo continha: 1- Questão, aplicada no sujeito, sobre o que fez ou falou para o cliente durante a Sessão; 2- Resposta verbal do sujeito sobre o que fez ou falou para o cliente durante a Sessão; 3- Trecho literal retirado da transcrição da Sessão (e, posteriormente observada diretamente da filmagem para contemplar eventuais detalhes relevantes que poderiam estar sendo omitidos) sobre o que de fato o terapeuta fez ou falou para o cliente durante o episódio investigado.

Através da montagem do protocolo de análise pode-se observar através de leituras sucessivas a comparação entre os itens 1 e 2. Diante de tais leituras, chegou-se a conclusão que não haveria a necessidade de se construir categorias de análise, específicas para o presente trabalho, como ocorreu nas pesquisas sobre correspondência verbal-não verbal em situação natural, por exemplo, nos trabalhos de Ricci (2003) e Leme (2005). Por outro lado, vislumbrou-se a possibilidade de se utilizar os operantes verbais descritos por Skinner (1957) como categorias de análise, mais especificamente, o operante verbal tato.

Foi realizado treino dos juízes e conseqüente teste das categorias utilizadas para avaliar as classes de respostas verbais dos sujeitos (sobre o que fizeram ou falaram para o cliente durante a Sessão) em relação aos episódios transcritos que indicavam o que os sujeitos realmente falaram ou fizeram durante a Sessão. Esse teste foi realizado por três juízes independentes: dois terapeutas analítico-comportamentais previamente selecionados e o próprio pesquisador.

Treino dos juízes e teste de adequação das categorias

No sentido de construir um treino para os juízes aprenderem a categorizar e também para fazer um teste da adequação das categorias em estabelecer generalizações intra-classes e discriminações inter-classes dos eventos estudados (Keller & Schoenfeld, 1966, p.169), no caso auto-relatos dos terapeutas, tendo em vista as categorias utilizadas no presente trabalho (Anexo H), estipulou-se o seguinte procedimento:

- Foram seguidos os mesmos passos descritos anteriormente na metodologia do presente trabalho:
 - a) Foi selecionada uma terapeuta para participar da pesquisa que, por sua vez, contactou um de seus clientes. Para cada um foram seguidos todos os procedimentos éticos descritos anteriormente, inclusive aos que dizem respeito à concordância em participar da pesquisa e a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. B) A Sessão foi filmada, transcrita na íntegra, selecionados os episódios em que o terapeuta emitiu os comportamentos alvo na relação com o cliente, elaboradas as questões vinculadas aos episódios, e montado um protocolo de categorização específico para o treino dos juízes (Anexo J).
- Os três juízes (incluindo o pesquisador) se reuniram em um local privado e após lerem as categorias de análise e estabelecerem discussões de entendimento e sobre a sua adequação e, posteriormente, categorizaram separadamente o protocolo de avaliação.

- Cada juiz expôs a sua avaliação e explicou a razão de cada uma das categorias escolhidas para cada episódio descrito.
- Foram estabelecidas discussões a partir das avaliações de cada juiz de modo a apontar os problemas existentes em cada avaliação: tanto quando ocorreu concordância e discordância entre os juízes. Tais discussões continuaram até se chegar a um consenso sobre a avaliação mais adequada.
- Foi estabelecido um procedimento a ser seguido por todos os juízes no processo de avaliação dos episódios:
 - As perguntas, e não apenas as respostas ao questionário com o respectivo episódio transcrito da Sessão, também deveriam ser lidas pelos juízes. Pois, assim, facilitaria o entendimento da resposta e do episódio transcrito.
 - Cada tema tratado no auto-relato deveria ser transcrito e numerado pelo juiz abaixo da folha do protocolo, assim como cada tema tratado no trecho recortado da Sessão (O que o terapeuta realmente fez ou falou durante a Sessão) também deveria ser transcrito e numerado abaixo.
 - O juiz deveria comparar se havia alguma correspondência ou similaridade entre os temas e, assim, escolher a categoria mais adequada para aquele episódio.
 - Após categorizado o episódio, o juiz deveria reler a pergunta e o trecho novamente para constatar se a categoria escolhida era a mais adequada para descrever aquele episódio especificamente.
- O treino finalizou quando todos demonstraram pleno entendimento das categorias de análise e quando foi discutida a adequação de cada categoria.
- Em relação à adequação de cada categoria (cada uma delas será explicada detalhadamente no tópico Análise dos Dados), as discussões chegaram ao seguinte entendimento:
 - As categorias tatos auto-descritivos (TA), tatos auto-descritivos distorcidos (TAD), e tatos auto-descritivos outros (TAO), mostraram-se de fácil entendimento, e facilitadoras no momento das avaliações dos episódios. Ou seja, os juízes não encontraram dificuldades em discriminar entre os auto-relatos qual dessas categorias seria a mais adequada para representá-lo.
 - As maiores dificuldades foram encontradas na categoria tato auto-descritivo parcialmente distorcido (TAPD), pois nela estava contida duas categorias distintas, TA e TAD. Tal categoria seria útil para avaliar auto-relatos que continham temas que correspondiam e temas que não correspondiam aos trechos do que o terapeuta realmente falou ou fez na Sessão. Muitas vezes os juízes não observavam a não correspondência de uma parte do auto-relato (e avaliavam como TA) e em poucas vezes não observavam a correspondência de uma parte do relato (e avaliavam como TAD). Embora tenha sido observada essa dificuldade, optou-se por manter essa categoria por ter sido considerado que ela seria útil para categorizar situações que de fato ocorreram, ou seja, auto-relatos que continham parte de correspondência e parte de não correspondência com o que foi feito ou falado na Sessão.

Por fim, em relação ao teste de fidedignidade, foram considerados para o presente estudo os episódios situacionais categorizados igualmente por pelo menos dois juízes. Quando a verbalização foi categorizada de maneira distinta pelos três juízes, ela foi descartada na análise dos resultados.

Procedimento de Análise dos Dados

Após o pesquisador completar o preenchimento de todos os aspectos envolvidos nos protocolos de avaliação de todas as sessões analisadas, o pesquisador e os dois juízes selecionados deram início ao procedimento de categorização da relação entre as classes de respostas verbais dos sujeitos sobre o que fizeram ou falaram na interação com o cliente emitidas em função das entrevistas, e as classes de

respostas verbais e não verbais dos terapeutas emitidos na interação com o cliente transcritas literalmente a partir das observações das filmagens da Sessão terapêutica. Os itens do protocolo de avaliação mais importantes para a categorização foram: **Auto-relato** (emitido pelo sujeito diante da pergunta do questionário) – **Transcrição da atuação observada na Sessão**. O processo de avaliação feita pelos juízes seguiu as categorias definidas durante o processo de coleta de dados e descritas a seguir:

8.1-Tatos Auto-descritivos (TA) – O sujeito emitiu auto-relatos que correspondem às descrições de comportamentos verbais e ou não verbais emitidas durante a Sessão com o cliente. A correspondência não precisa ser ponto-a-ponto. Desse modo, são considerados os tatos auto-descritivos extendidos: o relato pode corresponder a uma parte de um determinado assunto ou tema tratado na Sessão e não necessariamente ao todo, ou pode corresponder ao todo sem precisar especificar cada aspecto envolvido no assunto ou tema.

8.2-Tatos Auto-descritivos Distorcidos (TAD) – O sujeito emitiu auto-relatos que não correspondem às descrições de comportamentos verbais e ou não verbais emitidas durante a Sessão com o cliente.

8.3-Tatos Auto-descritivos Parcialmente Distorcidos (TAPD) – O sujeito emitiu auto-relatos que correspondem às descrições de comportamentos verbais e ou não verbais emitidas durante a Sessão com o cliente. A correspondência não precisa ser ponto-a-ponto. Desse modo, são considerados os tatos auto-descritivos extendidos: o relato pode corresponder a uma parte de um determinado assunto ou tema tratado na Sessão e não necessariamente ao todo, ou pode corresponder ao todo sem precisar especificar cada aspecto envolvido no assunto ou tema. Porém, omitiu ou acrescentou tatos que não correspondem às descrições de comportamentos verbais e ou não verbais emitidos durante a Sessão com o cliente.

8.4-Tatos Auto-descritivos Outros (TAO) – O sujeito não emitiu auto-relato sobre comportamentos verbais e ou não verbais emitidos durante a Sessão; emitiu, entretanto, auto-relatos sobre outros eventos, principalmente sobre comportamentos encobertos, por exemplo, dizer que não se lembra do que fez ou falou na Sessão.

Foram realizados cálculos para determinação do índice de concordância da categorização entre os juízes, de modo que, deve-se explicitar mais uma vez, que o pesquisador foi o terceiro juiz, de forma a compor uma banca de número ímpar, e assim possibilitar desempate em caso de conflito nas respostas dos juízes. Se ocorressem discordâncias entre os três juízes o episódio avaliado seria excluído do trabalho.

Por fim, os auto-relatos emitidos pelos terapeutas foram comparados com a respectiva descrição da situação observada e, posteriormente, categorizados.

Resultados e Discussão

A apresentação dos resultados e discussões buscou efetivar o objetivo fundamental do presente trabalho, a saber: verificar as relações entre os relatos verbais emitidos por terapeutas comportamentais sobre os comportamentos emitidos diante de seus clientes e como de fato se comportaram ao emitirem tais comportamentos. Para isso, através das observações e subseqüentes transcrições na íntegra das sessões filmadas, foram selecionados os episódios em que os terapeutas emitiram os comportamentos de consequenciar na relação com seus clientes. Posteriormente, os auto-relatos dos terapeutas comportamentais sobre os comportamentos que emitiram foram relacionados com a descrição dos comportamentos emitidos na Sessão e, assim, categorizados em quatro possibilidades: tatos auto-descritivos; tatos auto-descritivos distorcidos; tatos auto-descritivos parcialmente distorcidos; tatos auto-descritivos outros. Por conseguinte, somente com a consecução dos passos anteriores, foi possível obter a freqüência das categorias na seqüência fazer-dizer e ou dizer-dizer dos terapeutas comportamentais pesquisados.

A partir disso, a presente seção pretende apresentar a seguinte seqüência: Primeiramente, serão apresentadas a mensuração de duas variáveis que envolveram o s episódios de entrevista: Latência da Resposta e Tempo da Resposta. Posteriormente serão apresentadas e discutidas as variações de avaliações entre os juízes e a conseqüente **medida de fidedignidade**. Em seguida, serão apresentadas e discutidas as freqüências obtidas através das **categorias de análise**, e as relações entre as categorias e outras variáveis relevantes no presente estudo: a) tempo de experiência dos sujeitos, e b) introdução da possibilidade (ver filmagem) na terceira Sessão dos três sujeitos. Por fim, serão apresentados e discutidos alguns exemplos presentes nos protocolos de análise com o objetivo de buscar refletir sobre possíveis variáveis que podem ter influenciado as classes de respostas verbais dos sujeitos.

Faz-se importante ressaltar que o presente trabalho tem como base a abordagem analítico-comportamental e, desse modo, pretende dialogar com os supostos teóricos desenvolvidos e debatidos na filosofia denominada Behaviorismo Radical, e com as pesquisas desenvolvidas na Análise do Comportamento e na Análise Aplicada do Comportamento.

Mensuração de duas variáveis presentes na entrevista

Foi possível mensurar duas variáveis que estiveram presentes no momento das entrevistas: Latência da Resposta (LR) e Tempo da Resposta (TR). A primeira variável busca medir o tempo decorrido do término da pergunta proferida pelo entrevistador (classe de estímulos antecedentes) até o início da emissão do auto-relato (classe de respostas). A segunda variável busca medir o tempo decorrido do início ao final do auto-relato. Tais mensurações podem ser visualizadas na Tabela 1, onde se pode encontrar a Latência da Resposta (LR) e o Tempo da Resposta (TR) de emissão de cada auto-relato, diante de cada Episódio (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10), para os três terapeutas (Ta, Tb, Tc) em cada uma das três sessões (S1, S2, S3).

Na Sessão 1 a LR do TA Variou de 2 segundos do E1, E5 e E6 para no máximo de 30 segundos do E4. O TR variou de 28 segundos do E1 para 1 minuto e 25 segundos do E2. Na Sessão 2 a LR variou de 2 segundos do E7 para 18 segundos do E10, já o TR variou de 30 segundos do E1 para o máximo de 1 minuto e 10 segundos do E2. Na S3 a LR variou de 2 segundo do E3, E5, E6, E8 para 35 segundos da E5 e o TR de 13 segundo do E8 até o máximo de 35 segundos do E5. Por sua vez, em relação ao Tb, na S1 a LR variou de 1 segundo do E9 ao máximo de 15 segundos do E2 e o TR variou de

15 segundos do E6 e do E7 a 55 segundos do E5. Na S2 a LR variou de 1 segundo no E2, E3, E4, E5 para no máximo de 4 segundos no E1, E7, E10. Na S3 a LR variou de 1 segundo no E2, E4, E5, E8, E9 até 7 segundos no E6, por sua vez, o TR variou de 6 segundos no E2 à no máximo 46 segundos no E5. O Tc na S1 alcançou variações na LR de 1 segundo no E8 e no E9 até 25 segundos no E7; as variações do TR foram de 5 segundos no E7 de no máximo de 21 segundos no E10. Na S2 observa-se variações da LR que vão de 1 segundo no E5 a 1 minuto e 45 no E7, e variações no TR que vão de 2 segundos no E1 a 25 segundos no E4. Por fim, na S3 ocorrem variações na LR de 1 segundo no E3, E5 e no E6 ao máximo de 22 segundos no E9, as variações do TR foram de 5 segundos no E7 a 40 segundos no E3.

Portanto, das três sessões do Ta pode-se observar menor variação da LR na Sessão 3, mínimo de 2 segundos e máximo de 9 segundos. Por sua vez, das três sessões do Tb a menor variação da LR ocorreu na Sessão 2: de 1 segundo a 4 segundos. Por sua vez, a menor variação da LR encontrada no Tc ocorreu na S3 quando foi de 1 a 22 segundos. Por outro lado, a maior variação da LR do Ta tendo em vista as três sessões ocorreu na S2 quando foi de 2 a 30 segundos. No Tb a maior variação ocorreu na S1 quando foi de 1 a 15 segundos. No Tc a maior variação ocorreu na S2 quando foi de 1 segundo a 1 minuto e 45 segundos.

Tabela 1. Latência da Resposta (LR) e Tempo da Resposta (TR) para emissão dos auto-relatos, de cada um dos três terapeutas (Ta, Tb, Tc), em cada uma das três sessões estudadas (S1, S2, S3).

Sujeitos	Sessões		E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10
Ta	S1	LR	2"	12"	7"	30"	2"	2"	22"	18"	8"	10"
		TR	28"	1'25"	45"	1'02"	35"	40"	50"	40"	47"	45"
	S2	LR	7"	3"	7"	11"	3"	3"	2"	8"	3"	18"
		TR	30"	1'10"	40"	45"	1'00"	55"	35"	43"	1'05"	50"
	S3	LR	4"	8"	2"	3"	2"	2"	8"	2"	8"	9"
		TR	26"	30"	23"	23"	35"	34"	30"	13"	20"	33"
Tb	S1	LR	10"	15"	2"	3"	5"	8"	2"	8"	1'	
		TR	40"	35"	55"	25"	25"	15"	15"	30"	17"	
	S2	LR	4"	1"	1"	1"	1"	2"	4"	3"	3"	4"
		TR	40"	20"	33"	15"	20"	18"	35"	22"	25"	45"
	S3	LR	5"	1"	3"	1"	1"	7"	3"	1"	1"	4"
		TR	20"	6"	35"	30"	46"	45"	25"	9"	25"	25"
Tc	S1	LR	20"	5"	5"	5"	8"	8"	25"	1"	1"	10"
		TR	15"	10"	13"	8"	7"	8"	5"	15"	7"	21"
	S2	LR	2"	8"	10"	45"	1"	20"	1'45"	35"	35"	
		TR	2"	18"	5"	25"	20"	5"	15"	15"	20"	
	S3	LR	15"	16"	1"	20"	1"	1"	14"	2"	22"	10"
		TR	15"	25"	40"	28"	30"	33"	5"	15"	35"	10"

As menores variações do TR tendo em vista as três sessões dos três terapeutas foram: Ta, de 13 a 35 segundos na S3; Tb, de 15 a 45 segundos na S2; Tc, de 5 a 21 na S1. Por sua vez, as maiores variações do TR tendo em vista as três sessões dos três terapeutas foram: Ta, de 28 segundos a 1 minuto e vinte cinco na S1; Tb, de 6 segundos a 46 segundos na S3; Tc, de 5 segundos a 40 segundos na S3.

Os Episódios com menor LR tendo em vista as três sessões de cada terapeuta foram os seguintes. Ta, de 2 segundos no E1, E5 e E6 da S1; de 2 segundos no E7 e 3 segundos no E2, E5, E6, E9 da S2; de 2 segundos no E3, E5, E6, E 8 da S3. Tb, 2 segundos no E3 e no E7, e 3 segundos no E4 da S1; de 1 segundo no E2, E3, E4, E5 e 2 segundos no E6 da S2; de 1 segundo no E2, E4, E5, E8 e no E9 da S3. Tc, de 1 segundo no E8 e E9 e de 5 segundos no E2, E3 e no E4 da S1; de 1 segundo no E5, de 2 segundos no E1 e 8 segundos no E2 da S2; de 1 segundo no E3, E5 e no E6, de 2 segundos no E8 da S3.

Os episódios com maior LR tendo em vista as três sessões de cada terapeuta foram os seguintes. Ta, de 30 segundos no E4, 22 segundos no E7 e 18 segundos no E8 da S1; de 18 segundos no E10, 11 segundos no E4 e 8 segundos no E8 da S2; de 9 segundos no E10 e 8 segundos no E2, E7 e no E9 da S3. Tb, de 15 segundos no E2, 10 segundos no E1 e 8 segundos no E6 e no E8 da S2; de 7 segundos no E6, 5 segundos no E1 e 4 segundos no E10 da S3. Tc, de 25 segundos no E7, de 20 segundos no E1 e de 10

segundos no E10 da S1; de 1 minuto e 45 segundos no E7, 45 segundos no E4 e 35 segundos no E8 e no E9 da S2; de 22 segundos no E9, 20 segundos no E4 e 16 segundos no E2 da S3.

Os episódios com menor TR tendo em vista as três sessões de cada terapeuta foram os seguintes. Ta, de 28 segundos no E1, 35 segundos no E5 e 40 segundos no E6 e no E8 da S1; de 30 segundos no E1, 35 segundos no E7 e 40 segundos no E3 da S2; de 13 segundos no E8, 20 segundos no E9 e 23 segundos no E3 e no E4 da S3; Tb, 15 segundos no E6 e no E7, 17 segundos no E9 e 25 segundos no E3 e no E5 da S1; de 15 segundos no E4, 18 segundos no E6 e 20 segundos no E2 e no E5; de 6 segundos no E2,

9 segundos no E8 e 20 segundos no E1 da S3. Tc, de 5 segundos no E7, 7 segundos no E5 e no E9 e 8 segundos no E4 e no E6 da S1; de 2 segundos no E1, 5 segundos no E3 e no E6 e 10 segundos no E10 da S2; de 5 segundos no E7, 15 segundos no E1 e no E8 e 25 segundos no E2 da S3.

Os episódios com maior TR tendo em vista as três sessões de cada terapeuta foram os seguintes. Ta, de 1 minuto e 25 segundos no E2, 1 minuto e 2 segundos no E4 e 50 segundos no E7 da S1; de 1 minuto e 10 segundos no E2, 1 minuto e 5 segundos no E9 e 1 minuto no E5 da S2; de 35 segundos no E5, 34 segundos no E6 e 33 segundos no E10 da S3. Tb, de 55 segundos no E3, 40 segundos no E1 e 35 segundos no E2 da S1; de 45 segundos no E10, 40 segundos no E1 e 35 segundos no E7 da S2; de 46 segundos no E5, 45 segundos no E6 e 35 segundos no E3 da S3. Tc, de 21 segundos no E10 e 15 segundos no E1 e no E8 da S1; de 25 segundos no E4, e 20 segundos no E5 e no E9 da S2; de 40 segundos no E3, 35 segundos no E9 e 33 segundos no E6.

Avaliação dos juízes e Medida de Fidedignidade

Os nove protocolos de análise referentes às nove sessões de terapia, contendo cada um dez episódios para serem categorizados (com exceção da **Sessão 1 do T. b**, e da **Sessão 2 do T. c** que continham nove episódios) em conjunto com a folha de **procedimento para categorização dos episódios (ANEXO H)** foram encaminhados aos juízes independentes que, por sua vez, efetuaram a categorização.

Todos os juízes realizaram a categorização de todas as sessões. Nas situações em que não ocorreram concordância entre as avaliações dos dois juízes independentes convidados para a pesquisa, a avaliação do terceiro juiz (no caso, o pesquisador) serviu como critério de desempate. Desse modo, como está representado na Tabela 2, a avaliação do terceiro juiz foi requerida para desempatar a discordância entre os dois juízes em 15 episódios, a saber: Ta (Terapeuta a) – S1 (Sessão 1) – E6 (Episódio 6); Ta-S1-E8; Ta-S2-E5; Ta-S3-E7; Ta-S3 –E7; Tb-S1-E1; Tb-S1-E3; Tb-S1-E8; Tb-S2- E8; Tb-S3-E6; Tc-S1-E5; Tc-S1-E8; Tc-S1-E9; Tc-S3-E6; Tc-S3-E8.

Ocorreu um total de vinte e quatro discordâncias tendo em vista a avaliação dos três juízes: Dezesete ocorreram entre as categorias TA (Tato Auto-descritivo) e TAPD (Tato Auto-descritivo Parcialmente Distorcido). Faz sentido que a maioria das discordâncias seja entre essas categorias, pois tal distinção exige observação acurada de detalhes na comparação entre auto-relato e descrição da atuação: a escolha de ambas indica que os avaliadores observaram correspondência entre o relato do sujeito e a descrição de sua atuação na Sessão. A distinção entre tais categorias está no fato de que a TAPD indica que o sujeito omitiu ou acrescentou algum tema que não se observa na descrição da atuação do sujeito na Sessão. Assim, um dos juízes pode não ter observado que havia algo de mais ou de menos no relato (portanto, seria TAPD), ou observou que havia algo de mais ou de menos no relato quando na verdade ocorria correspondência entre temas ou assuntos (portanto, TA). As outras sete discordâncias ocorreram entre duas categorias, TAPD e TD (Tato auto-descritivo distorcido).

Tabela 2. Indicadores das categorias avaliadas por cada juiz sobre cada auto-relato.

Sujeitos	Sessões	Juiz	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10
	S1	J1	TAPD	TAD	TAD	TAD	TA	TA	TA	TA	TAD	TA
		J2	TAPD	TAD	TAD	TAD	TA	TAPD	TA	TAPD	TAD	TA
		J3	TAPD	TAD	TAD	TAD	TA	TAPD	TA	TA	TAD	TAPD
T. a	S2	J1	TA	TAPD	TAD	TAPD	TAD	TAPD	TAD	TAD	TAD	TA
		J2	TA	TAPD	TAD	TAPD	TAPD	TAD	TAD	TAD	TAD	TA
		J3	TA	TAPD	TAD	TAPD	TAPD	TAPD	TAD	TAD	TAD	TA
	S3	J1	TA	TAD	TAD	TAD	TA	TAPD	TA	TAD	TAD	TA
		J2	TA	TAD	TAD	TAD	TA	TAPD	TAPD	TAD	TAD	TA
		J3	TA	TAD	TAD	TAD	TAPD	TAPD	TAPD	TAD	TAD	TA
	S1	J1	TAPD	TA	TAPD	TA	TAPD	TAD	TAD	TA	TA	
		J2	TA	TA	TAD	TA	TAPD	TAD	TAD	TAPD	TA	
		J3	TAPD	TA	TAD	TAPD	TAPD	TAD	TAD	TA	TA	
T.b	S2	J1	TAD	TAD	TAPD	TAPD	TA	TAD	TAD	TA	TAD	TAPD
		J2	TAD	TAD	TAPD	TAPD	TA	TAD	TAD	TAPD	TAD	TAPD
		J3	TAD	TAD	TAPD	TAPD	TA	TAD	TAPD	TAPD	TAD	TAPD
	S3	J1	TAD	TA	TAD	TA	TAPD	TA	TAD	TAPD	TAPD	TAPD
		J2	TAD	TA	TAD	TA	TAPD	TAPD	TAD	TAPD	TAPD	TAPD
		J3	TAD	TA	TAD	TA	TA	TAPD	TAD	TAPD	TAPD	TAPD
	S1	J1	TAO	TA	TAD	TAD	TAPD	TAD	TAO	TA	TAD	TA
		J2	TAO	TA	TAD	TAD	TA	TAD	TAO	TAPD	TAPD	TA
		J3	TAO	TA	TAD	TAD	TA	TAD	TAO	TAPD	TAPD	TAPD
T.c	S2	J1	TA	TAPD	TAD	TAPD	TAPD	TAPD	TAO	TAPD	TA	
		J2	TA	TAPD	TAD	TAPD	TAPD	TAPD	TAO	TAPD	TA	
		J3	TA	TAD	TAD	TAPD	TAPD	TAPD	TAO	TAPD	TAPD	
	S3	J1	TA	TA	TAD	TAD	TAPD	TAPD	TAO	TAPD	TA	TAPD
		J2	TA	TA	TAD	TAD	TAPD	TAD	TAO	TA	TA	TAPD
		J3	TA	TA	TAD	TAD	TAD	TAPD	TAO	TAPD	TA	TAPD

Na categoria TAPD, como descrito anteriormente, o relato traz alguma correspondência com a descrição da atuação e, por outro lado, na TD o relato não guarda nenhuma correspondência em relação a qualquer assunto ou tema. Desse modo, um juiz observou correspondência quando não havia ou não observou correspondência quando havia.

Para se entender um pouco mais a discordância dos juízes a **Tabela 3** refere-se ao protocolo de avaliação que o **juiz 1** avaliou como sendo TA, o **juiz 2** como sendo TAPD, e o **Juiz 3** estabeleceu o desempate ao categorizar como TAPD. Essa avaliação refere-se a situação **T.a-S1-E6** (ver Tabela 1). Pode-se observar dois momentos de correspondência de temas entre o auto-relato (1-Momento em que a terapeuta diz: "(...) eu falei que então seria uma possibilidade ela tentar fazer isso", no caso, os pais passarem uma semana na casa dela; e 2- Momento em que a terapeuta diz: "eu até falei para ela ir conversar com eles", os pais) e a transcrição da atuação observada na Sessão (1- Momento em que o terapeuta atua ao dizer: "Porque eu acho que talvez seria uma alternativa", os pais passarem uma semana na casa dela; e 2- Momento em que o terapeuta atuou da seguinte forma: "Eu acho que talvez você devesse ter essa conversa com eles", os pais). No item 1 do auto-relato e da atuação pode-se observar clara correspondência, o sujeito afirmou ter falado na Sessão que seria uma possibilidade os pais irem

passar uma semana na casa dela, e na descrição da atuação disse para a cliente que talvez fosse uma alternativa os pais irem passar uma semana na casa dela. No item 2 do auto-relato pode-se observar com clareza outra correspondência com a atuação descrita: o sujeito afirmou que disse para a cliente ir conversar com os pais durante a Sessão e, por sua vez, na descrição da Sessão pode-se observar a terapeuta falando para a cliente que achava que ela deveria ter uma conversa com os pais. Fossem apenas essas duas correspondências existentes no auto-relato em relação à descrição da atuação, a categoria avaliada seria TA, no entanto, a cliente afirmou ter abordado outros aspectos (3- Afirmou ter explicitado o por quê da importância dos pais passarem uma semana na casa dela: "(...) ela se sentiria menos sozinha e sentiria que tem apoio"; 4- afirmou ter falado sobre o marido só passar o final de semana com ela; 5- afirmou ter colocado para a cliente que ela estava com medo de não ter o apoio da família), que, por sua vez, não foram abordados em nenhum momento da atuação. Sendo assim, não há correspondência entre esses aspectos do episódio observado. Portanto, parte do episódio demonstra correspondência entre auto-relato e descrição da atuação na Sessão e outra parte não; TAPD é a categoria que se enquadra perfeitamente na avaliação de tal episódio. Podemos afirmar que por algum motivo o **juiz 1** não se atentou aos aspectos observados anteriormente e, desse modo, categorizou tal episódio como TA.

Tabela 3. Protocolo de avaliação dos auto-relatos composto por: pergunta proferida na entrevista, auto-relato do terapeuta e transcrição da atuação terapêutica observada.

Terapeuta a – Sessão 1 Episódio 6
Pergunta
Em um dado momento da Sessão você perguntou para a cliente como os pais dela poderiam às vezes passar uma semana com ela, se ela mudar de cidade. A cliente respondeu que se fosse para eles optarem, provavelmente, não iam querer, pois hoje eles vêm à neta todo dia, mas se ela pedisse ajuda eles iriam. Em seguida você perguntou como seria para a cliente os pais passarem uma semana na casa dela. A cliente respondeu: “tranquilo”. Você afirmou: “não teria problema nenhum”. E a cliente confirmou: “não”. O que você fez ou falou nesse momento?
Auto-relato
Eu acho que eu falei que então seria uma possibilidade ela tentar fazer isso, eu acho que eu até falei pra ela ir conversar com eles, sobre essa possibilidade, porque tendo eles uma semana, um tempo na casa dela, ela se sentiria menos sozinha e sentiria que tem apoio. Acho que foi nessa hora que eu falei que já que o marido ia só passar o final de semana com ela e se ela tivesse mais uma semana, não é? Com a família, seria mais um apoio, mais uma possibilidade de ela ter esse apoio que ela está com medo de não ter.
Transcrição da atuação observada
Porque eu acho que talvez seria uma alternativa. Porque uma semana ele passaria lá com você, não é? Se eles fossem de vez em quando e passassem um tempo. Eu acho que talvez você devesse ter essa conversa com eles, ver o que eles achariam, né? Porque eu acho que agora é um pouco... Assim entrar em contato assim, quais as possibilidades e o que é viável e o que não é viável, né? Se isso for acontecer, o que você pode fazer para melhorar? Ele já é aposentado, e assim, eles têm algum compromisso semanalmente ou alguma coisa assim?

A **Tabela 4** ilustra um outro protocolo de avaliação em que ocorreu discordância entre os juízes. O **juiz 1** avaliou o episódio como TAD, o **juiz 2** como TAPD, e o **Juiz 3** forneceu o desempate ao avaliar como TAPD. Tal avaliação refere-se à situação **Tc-S1- E9** (ver Tabela 1). Pode-se observar correspondência entre o auto-relato (no momento em que diz ter afirmado para a cliente que: 1- “(...) antes não adiantava se preocupar com isso”, o que fazer depois das duas horas, “porque ela sempre estava trabalhando nesse

horário”; 2- “(...) a partir de agora ela tem várias opções pra pensar e escolher o que ela mais gosta.”) e a descrição da atuação na Sessão (1- “(...) duas horas você estava na metade do seu expediente (...) Não adiantava você gastar a sua cabeça pensando no que fazer pois nunca ia dar tempo de realizar o projeto que você tinha feito; 2- “(...) hoje dá” para gastar a cabeça pensando no que fazer e tempo para realizar o projeto que fizer). Pode-se perceber correspondência entre o auto-relato e a descrição da atuação no item 1, pois ambos afirmam que não adiantava a cliente pensar ou fazer planos sobre o que fazer de diferente pois estava frequentemente ocupada. No item 2 a correspondência também é clara: as duas palavras emitidas na descrição da atuação hoje dá, no caso: hoje dá tempo para gastar a cabeça pensando no que fazer, têm a mesma função das três palavras descritas no auto-relato: a partir de agora, a cliente passa a ter várias opções para pensar. Com isso, a categoria escolhida pelo juiz 1 TAD, demonstrou-se equivocada, na medida que tal categoria indica não haver correspondência alguma entre auto-relato e descrição da atuação. No entanto, se os itens abordados em ambos fossem apenas o dois citados anteriormente, poderia-se afirmar que a categoria mais indicada para se avaliar o episódio seria TA. Porém, observa-se que a descrição da atuação contém mais aspectos do que os abordados no auto-relato: na atuação descrita o sujeito aborda para a cliente o fato de a nova condição vai exigir da cliente: 3 - novos comportamentos e novos interesses; 4- “Descobrir sobre isso para poder colocar em prática”. Os itens 3 e 4 não estão presentes no auto-relato do sujeito sobre o que fez naquela Sessão. Desse modo, tem-se parte do episódio que indica correspondência e parte que não indica. Isso demonstra que a categoria claramente mais adequada para tal episódio é a que foi escolhida pelo **juiz 2**, ou seja, TAPD.

Tabela 4. Protocolo de avaliação dos auto-relatos composto por: pergunta proferida na entrevista, auto-relato do terapeuta e transcrição da atuação terapêutica observada.

Terapeuta c – Sessão 2	
Episódio 9	
Pergunta	
Em um dado momento da Sessão você falou para a cliente que ela vai ter o desafio de aprender o que fazer após o trabalho: “Agora você vai começar a pensar sobre isso também porque é uma nova condição, antes não adiantava você ficar pensando e não realizar, não é?” Então a cliente falou: “Eu fiquei meio perdida com isso. De saber o que eu tenho que fazer depois das duas”. Nesse momento o que você fez ou falou para a cliente?	
Auto-relato	
Que antes não adiantava ela se preocupar com isso porque ela sempre estava trabalhando nesse horário e que a partir de agora ela tem varias opções pra pensar e escolher o que ela mais gosta, ao invés... Não lembro.	
Transcrição da atuação observada	
É então por isso eu estou dizendo duas horas você estava na metade do seu expediente, não é? Não adiantava você gastar a sua cabeça pensando no que fazer, pois nunca ia dar tempo de você realizar o projeto que você tinha feito, hoje dá , então é uma nova condição que vai exigir novos comportamentos seus, novos interesses, não é? Descobrir sobre isso para poder colocar em prática.	

O resultado da fidedignidade para cada Sessão de atendimento foi obtido a partir do seguinte cálculo: número de concordâncias multiplicado por 100, dividido pelo número de concordâncias mais o número de discordância de cada episódio avaliado (Hersen e Barlow, 1977).

Na **Tabela 5** estão representados os números dos auto-relatos avaliados pelos juízes em cada Sessão dos três terapeutas. Na Sessão 2 e 3 do **Ta** e na Sessão 2 e 3 do **Tb** foram avaliados 10 auto-relatos, dos quais os juízes discordaram em 2 avaliações de modo a atingir um índice de fidedignidade de 80%. Na Sessão 1 do **T.a**, e 3 do **T.c** foram avaliados 10 auto-relatos dos quais ocorreu discordância em 3 avaliações dos juízes em cada Sessão e, por sua vez, 7 auto-relatos de concordância, de forma que atingiu um índice de fidedignidade de 70 %. Na Sessão 2 do **T.c** foram avaliados 9 auto-relatos dos quais ocorreu

duas discordâncias entre os juízes, de modo a alcançar um índice de fidedignidade de 77,8%. Na Sessão 1 do T.c foram avaliados 10 auto-relatos dos quais ocorreram 4 discordâncias entre os juízes, de modo a alcançar um índice de fidedignidade de 60%. Na Sessão 1 do T.b foram avaliados 9 auto-relatos dos quais ocorreram 4 discordâncias entre os juízes, de modo a alcançar um índice de fidedignidade de 55,6%.

Tabela 5. Índice de fidedignidade entre juízes independentes sobre os auto- relatos emitidos por três terapeutas em três sessões de terapia cada.

Sujeito	Sessões	Nº de auto-relatos	Nº de discordâncias	Porcentagem de discordância	Nº de Concordâncias	Índice de Fidedignidade
T.a	S1	10	3	30%	7	70%
	S2	10	2	20%	8	80%
	S3	10	2	20%	8	80%
T.b	S1	9	4	44,4%	5	55,6%
	S2	10	2	20%	8	80%
	S3	10	2	20%	8	80%
T.c	S1	10	4	40%	6	60%
	S2	9	2	22,2%	7	77,8%
	S3	10	3	30%	7	70%
		Nº de auto-relatos Totais	Nº de discordâncias totais	Porcentagem Total	Nº De Concordância Total	Índice de Fidedignidade Total
		88	24	27,27%	64	72,73%

Tendo em vista a última linha da **Tabela 5** observa-se que foi avaliado um total 88 auto-relatos, dos quais ocorreram um total de 24 discordâncias entre os juízes, obtendo-se 27,27%, como porcentagem total de discordâncias. Por outro lado, tem-se um total de 64 auto-relatos em que os juízes concordaram em suas avaliações, atingindo um índice total de fidedignidade de 72,73%.

O critério utilizado para que a medida de fidedignidade da avaliação dos juízes sobre os auto-relatos fosse considerada válida, foi ter atingido pelo menos 70% de concordância, tendo em vista todas as categorizações. Como o índice total de fidedignidade foi de 72,73%, os resultados obtidos foram considerados satisfatórios.

Categorização dos auto-relatos emitidos pelos terapeutas

A categorização das verbalizações realizou-se com o objetivo fundamental de verificar as relações entre o que os terapeutas analítico-comportamentais fizeram (verbalmente e não verbalmente) na relação com seus clientes e o que disseram que fizeram após a Sessão.

Faz-se importante salientar ainda que as frequências apresentadas equivalem a categorização para as quais houve consenso por pelo menos dois juízes que participaram das categorizações. Desse modo, se o primeiro juiz categorizou um auto- relato como TA e o segundo como TAD foi requerida uma avaliação do terceiro juiz, se ele avaliou como TA então prevaleceu a concordância entre o juiz 1 e o Juiz 3. Nesse sentido, as categorizações apresentadas a seguir são o resultado da concordância de pelo menos dois juízes.

A frequência de cada categoria atribuída aos auto-relatos dos terapeutas em cada Sessão está representada na **Tabela 6**. Pode-se observar, portanto, que na Sessão 1 o **Ta** emitiu 4 tatos auto-descritivos (TA), 4 tatos auto-descritivos distorcidos (TAD), 2 tatos auto-descritivos parcialmente distorcidos (TAPD). Na Sessão 2 o **Ta** emitiu 2 Tatos auto-descritivos, 4 tatos auto-descritivos distorcidos e 4 tatos auto-descritivos parcialmente distorcidos. Na Sessão 3 o **Ta** emitiu 3 tatos auto-descritivos, 5 tatos auto- descritivos

distorcidos e 2 tatos auto-descritivos parcialmente distorcidos. Na Sessão 1 o **Tb** emitiu 4 tatos auto-descritivos, 3 tatos auto-descritivos distorcidos e 2 tatos auto-descritivos parcialmente distorcidos. Na Sessão 2 o **Tb** emitiu 1 tato auto-descritivo, 5 tatos auto-descritivos distorcidos e 4 tatos auto-descritivos parcialmente distorcidos. Na Sessão 3 o **Tb** emitiu 2 tatos auto-descritivos, 3 tatos auto-descritivos distorcidos e 5 tatos auto-descritivos parcialmente distorcidos. Já o **Tc** emitiu na Sessão 1, 3 tatos auto-descritivos, 3 tatos auto-descritivos distorcidos, 2 tatos auto-descritivos parcialmente distorcidos e 2 tatos auto-descritivos outros. Na Sessão 2 o **Tc** emitiu 2 tatos auto-descritivos, 1 tatos auto-descritivo distorcido, 5 tatos auto-descritivos parcialmente distorcidos e 1 tato auto-descritivo outro. Na Sessão 3 o **Tc** emitiu 3 tatos auto-descritivos, 2 tatos auto-descritivos distorcidos, 4 tatos auto-descritivos parcialmente distorcidos e 1 tato auto-descritivo outro. Nas sessões 1, 2 e 3 do **Ta** e nas sessões 1, 2 e 3 do **Tb** não ocorreram emissões da categoria tatos auto-descritivos outros (TAO).

Tabela 6. Frequência dos auto-relatos, segundo categorização dos juízes para três sessões de cada terapeuta.

	TA	TAD	TAPD	TAO
Ta - S1	4	4	2	0
Ta - S2	2	4	4	0
Ta - S3	3	5	2	0
Tb - S1	4	3	2	0
Tb - S2	1	5	4	0
Tb - S3	2	3	5	0
Tc - S1	3	3	2	2
Tc - S2	2	1	5	1
Tc - S3	3	2	4	1

Na **Figura 1** pode-se observar o conjunto dos resultados e, desse modo, a frequência relativa de cada categoria presente nos auto-relatos de cada terapeuta em cada uma das três sessões investigadas. Tem-se, portanto, a porcentagem de presença de cada categoria, a saber: Tatos Auto-descritivos (TA), Tatos Auto-descritivos Distorcidos (TAD), Tatos Auto-descritivos Parcialmente Distorcidos (TAPD) e Tatos Auto-descritivos outros (TAO), em cada uma das três sessões (S1, S2, S3) de cada terapeuta (Ta, Tb, Tc).

Pode-se visualizar, de modo mais específico, a frequência relativa de Tatos Auto-descritivos (TA) nos auto-relatos dos terapeutas, em cada Sessão de cada terapeuta na **Figura 2**. O **Ta** emitiu 40% de tatos auto-descritivos na Sessão 1, emitiu 20 % na Sessão 2 e 30% na Sessão 3. O **Tb** emitiu 44,4 % de tatos auto-descritivos na Sessão 1, emitiu 10% na Sessão na Sessão 2 e 20% na Sessão 3. O **Tc** emitiu 30% de tatos auto-descritivos na Sessão 1, emitiu 22,2% na Sessão 2 e 30% na Sessão3.

Um primeiro ponto a ser ressaltado, ao se observar a **Figura 2**, está no fato de que todos os terapeutas emitiram menos de 50% de tatos auto-descritivos, ou seja, menos da metade do que dizem tem correspondência. A maior incidência de TA para o **Ta** foi de 40%, para o **Tb** foi de 44,4%, para o **Tc** foi de 30%. Se, por outro lado, colocar-se em foco o menor desempenho de emissão de TA para os três terapeutas os dados saltam aos olhos ainda mais: do **Ta** foi de 20%, do **Tb** foi de 10 % e do **Tc** foi de 22,2%. Observar que após uma dada Sessão de terapia, os terapeutas estabelecem 20%, 10% e 22,2% de auto-relatos que correspondem a aquilo que fizeram ou no máximo 44% do que fizeram, emerge uma primeira pergunta: Por que isso ocorreu?

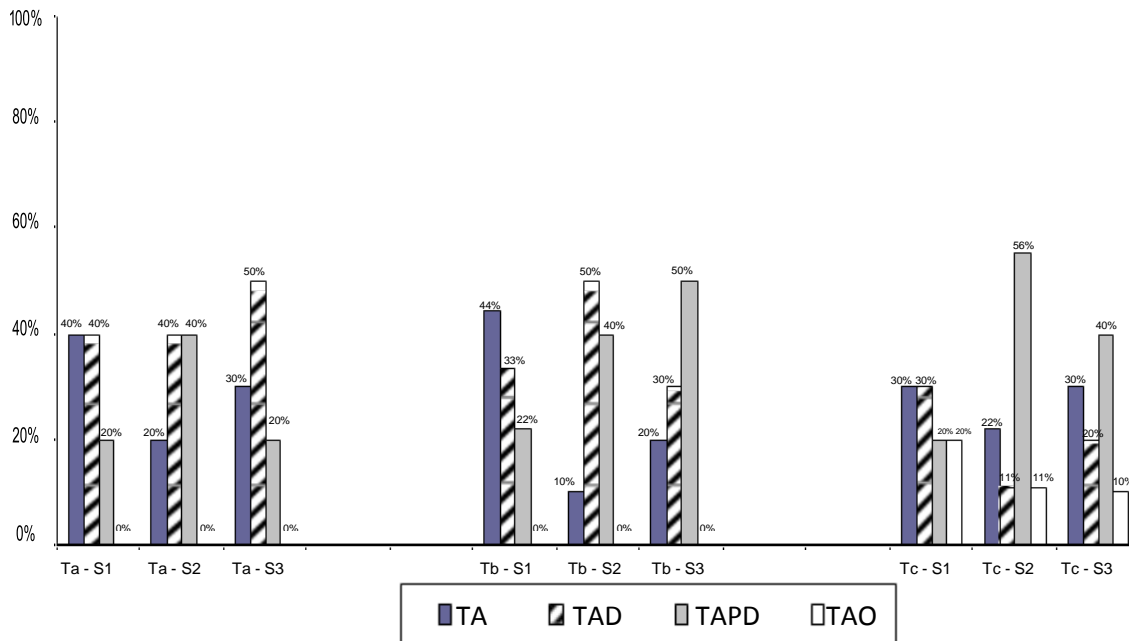


Figura 1. Frequência relativa (%) dos auto-relatos dos terapeutas, segundo categorização dos juízes, em cada uma das três sessões de atendimento de cada terapeuta.

As perguntas elaboradas com função discriminativa no questionário para suscitar as respostas do terapeuta não foram adequadas? O grau de controle presente na elaboração do questionário foi elevado: o pesquisador construiu o questionário com base no que de fato ocorreu na Sessão, de modo que descreveu uma série de classes de estímulos antecedentes (o que o terapeuta fez e o que o cliente fez) que poderiam exercer função discriminativa, mas os resultados mostram um índice muito baixo de auto-relatos que indicam tal função. Pode-se inferir, portanto, que em uma condição em que as classes de estímulos com possível função discriminativa forem mais precárias do que as presentes nesta pesquisa o índice de tatos auto-descritivos tenderá ser mais baixo ainda.

O mais interessante, ao buscar ainda responder o porquê desses dados, é que a teoria concorda com eles. Um exemplo encontra-se na afirmação seguinte: “O relato sobre acontecimentos do nosso passado nunca é muito preciso ou completo” (Skinner, [1957] 1992, p.178).

Skinner continua tal afirmação escrevendo que muito da precisão do relato depende dos estímulos correntes, no caso, como foi discutido anteriormente, das classes de estímulos antecedentes com função discriminativa para, assim, aumentar a probabilidade da precisão. No entanto, mesmo o presente trabalho, que busca e tem controle em estabelecer antecedentes precisos e detalhados, os resultados demonstram a imprecisão do auto-relato. Por sua vez, Skinner foi claro ao afirmar que o relato sobre acontecimentos passados nunca é muito preciso. O termo nunca pronunciado por Skinner implica no seguinte aspecto: mesmo ao se estabelecer variáveis antecedentes específicas, o relato sobre eventos passados não alcançará um grau de precisão muito alto.

Outra pergunta que imediatamente emerge da discussão anterior é: Por que os auto-relatos sobre eventos passados (no caso da presente pesquisa o próprio comportamento do falante) são imprecisos? Ou de modo mais relacionado a presente pesquisa: Por que os auto-relatos dos terapeutas investigados apresentaram uma frequência tão baixa de precisão, ou seja, de tatos auto-descritivos? As pesquisas que investigaram correspondência em contexto controlado (por exemplo: Rogers-Warren e Baer, 1967; Whitman, Scibak, Butler, Richter & Jonhson, 1982; Ribeiro, 1989; Sadi, 2002; Perguer, 2002) foram claras: ocorrerá aumento da precisão do relato ou do auto - relato se ocorrer treino de correspondência anterior. Tal treino implica na seguinte contingência: a comunidade ter acesso ao evento relatado, o sujeito emitir o

relato, e a comunidade reforçar apenas os relatos que corresponderem ao evento relatado e não reforçarem aos que não corresponderem. Por conseguinte, a pergunta pode assumir a seguinte forma: os terapeutas investigados nesta pesquisa foram expostos a contingências de reforçamento semelhantes ao treino de correspondência em suas histórias comportamentais, pessoais e ou profissionais?

Outro aspecto que poderia explicar os resultados obtidos, diz respeito a outras contingências necessárias para ocorrência de tatos auto-descritivos. Skinner ([1989]1991) e de Rose (1997) especificam que para a emissão de auto-relatos acurados faz-se necessário a presença de uma classe de comportamentos precorrentes, a saber, comportamentos e auto-observação. Isso implica no fato de que se esses comportamentos estiveram presentes enquanto o sujeito está interagindo com o ambiente, então aumentará a probabilidade de emissão de tatos auto-descritivos quando tal sujeito for solicitado. Skinner ([1989]1991) afirma, ainda, que as pessoas desenvolvem repertórios de comportamento de auto-observação se forem expostas a comunidades que questionam sobre: o que fizeram, o que estão fazendo e o que vão fazer. Caso contrário, não desenvolverão repertórios de auto-observação e, assim, diminuir-se-á a probabilidade de emissão de tatos auto-descritivos.

Diante disso, outra pergunta se faz nesse momento: os dados presentes na **Figura 2** indicam que os terapeutas não foram expostos ou foram pouco expostos a comunidades que questionaram sobre seus comportamentos passados, de modo que desenvolveram repertório de auto-observação incipiente?

Uma outra questão que se abre ao se observar a **Figura 2** é a seguinte: Por que as maiores incidências de TA dos três terapeutas, com exceção do Terapeuta c onde a Sessão 1 equivale a 3, estão na primeira Sessão? E porque as menores incidências de TA estão na Sessão 2? Até aqui, não se vislumbra explicação plausível para essas alternâncias, pois os procedimentos foram os mesmos: os questionários seguiram os mesmos padrões e o tempo de aplicação do questionário foi o mesmo (ou seja, sete dias após a Sessão). Talvez estejam presentes variáveis da própria Sessão que a presente pesquisa não tem acesso. No entanto, poder-se-á observar os dados por outros ângulos nas Figuras posteriores e talvez possa ser colocada alguma luz sobre esse aspecto.

Um outro aspecto deve ser discutido nesse momento. O fato de que a terceira Sessão envolveu um delineamento distinto da primeira e da segunda: o terapeuta assistiu a filmagem da Sessão e logo em seguida respondeu ao questionário. Assim, pode-se observar alterações significativas nos tatos auto-descritivos dos três terapeutas obtidos na terceira Sessão tendo em vista as duas sessões anteriores? Ao se comparar a primeira Sessão com a terceira percebe-se que ocorreu um decréscimo de TA de 10% no **Ta**, de 24,4% no **Tb** e nenhuma variação no **Tc**. Se os terapeutas, com acesso a filmagem, foram expostos a uma maior quantidade de classes de estímulos discriminativos para responder aos questionários da terceira Sessão, por que a frequência relativa de TA decaiu tanto da primeira para a terceira, principalmente nos Terapeutas a e b? Ainda não se tem dados suficientes para se responder a tal questão. Por outro lado, tendo em vista a segunda e a terceira Sessão, pode-se observar aumento significativo da frequência relativa de tatos auto-descritivos nos três terapeutas: **Ta** de 10%, **Tb** de 10%, **Tc** de 7,8 %. Ao focar essa variação, poderia se supor que o assistir a filmagem antes da Sessão tem alguma relevância. Porém a observação das Figuras seguintes pode ajudar em uma análise mais acurada.

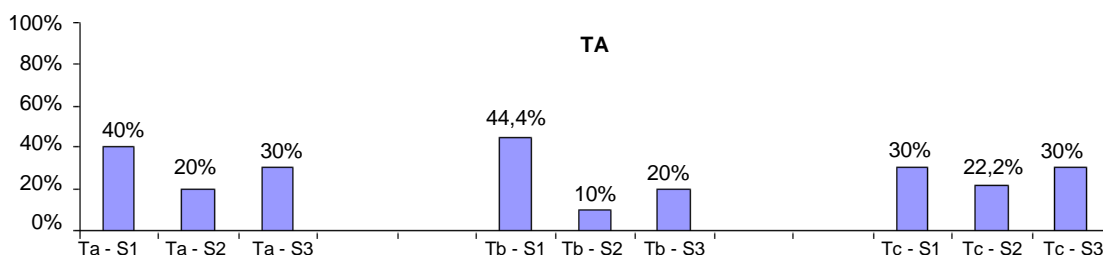


Figura 2. Frequência relativa (%) de tatos auto-descritivos (TA) presentes nos auto-relatos de cada um dos três terapeutas em cada uma das três sessões.

Pode-se observar, de modo mais específico, a frequência relativa de Tatos Auto-descritivos Parcialmente Distorcidos (TAPD) nos auto-relatos dos terapeutas, em cada Sessão de cada terapeuta na **Figura 3**. O **Terapeuta a** emitiu 20 % de tatos auto- descritivos parcialmente distorcidos na Sessão 1, 40% na Sessão 2 e 20% na Sessão 3. O **Terapeuta b** emitiu 22,2% na Sessão 1, emitiu 40% na Sessão 2 e 50% na Sessão 3. O **Terapeuta c** emitiu 20% na Sessão 1, emitiu 55,6% na Sessão 2 e 40% na Sessão 3.

Faz-se importante ressaltar que a categoria TAPD indica que no auto-relato do terapeuta consta pelo menos uma correspondência em relação à pelo menos um tema, tratado na descrição da Sessão; e que, no entanto, o auto-relato omite outros temas tratados ou acrescenta temas não abordados no episódio recortado da Sessão.

Tendo em vista uma comparação entre as **Figuras 1 e 2**, ou observando atentamente a **Figura 1**, pode-se afirmar que na medida em que aumenta a ocorrência de TA diminui a ocorrência de TAPD na mesma Sessão, ou na medida que aumenta a ocorrência de TAPD diminui a ocorrência de TA na mesma Sessão. Assim, na Sessão 1 o Terapeuta a obteve frequência relativa de TA de 40% e de TAPD de 20%, na Sessão 2 do mesmo terapeuta ocorreu o inverso, a frequência relativa de TA foi de 20% e de TAPD foi de 40%. Na Sessão 3, TA foi de 30% e TAPD de 20%. Com o Terapeuta b ocorreu o mesmo fato, na Sessão 1 aumenta TA com a frequência relativa de 44,4% e diminui TAPD com 22,2%, na Sessão 2 TA alcança um índice de 10%, índice esse menor do que TAPD que alcançou 40%, na Sessão 3 TA alcançou um índice de 20% e TAPD de 50%. Com o Terapeuta c observa-se também o mesmo fato, na Sessão 1 aumenta TA com índice de 30% e diminui TAPD com 20%, na Sessão 2 diminui TA com 22,2% e aumenta TAPD com 55,6%, na Sessão 3 diminui TA com índice de 30% e aumenta TAPD com índice de 40%. A pergunta a ser feita nesse momento é: Porque as frequências relativas das categorias TA e TAPD ocorrem, tendo em vista a comparação entre a mesma Sessão de cada terapeuta, de forma inversamente proporcional?

Nesse momento deve-se retornar a teoria. Os Tatos auto-descritivos investigados na presente pesquisa são sobre eventos passados, e tais eventos são em sua totalidade, com exceção de alguns poucos exemplos, o comportamento verbal do falante, no caso terapeutas. Esses tatos auto-descritivos foram evocados por classes de estímulos antecedentes com possível função discriminativa (representado pelo questionário que continha descrições sobre o que o terapeuta e o cliente falaram na Sessão, pouco antes do comportamento investigado, estimulado pela pergunta: *Nesse momento o que você fez ou falou para o cliente?*) Skinner ([1957]1992) explicitou em sua teoria sobre o comportamento de lembrar o seguinte:

Ao evocar uma resposta „a um acontecimento passado” nós usualmente proporcionamos uma informação adicional. „O que foi que lhe mostrei ontem quando você estava sentado aqui? Eu o segurei em minha mão, dessa forma”. Esses estímulos adicionais são para identificar o acontecimento a ser descrito ou distinguido de outros acontecimentos que ocorreram „ontem” (...). (Skinner, [1957] 1992, p.143).

A questão elaborada pelo pesquisador, com uma série de estímulos com possível função discriminativa, em todos os casos analisados na presente pesquisa, evocou respostas no sujeito, ou seja, evocou auto-relatos. Os auto-relatos que *correspondiam* em sua totalidade ao comportamento passado do próprio terapeuta, geralmente em relação tema falado pelo terapeuta na interação com o cliente, foram denominados tatos auto-descritivos. Quando ocorreu pelo menos uma correspondência em relação a um tema, mas quando outros temas que foram abordados naquele episódio não constavam no auto-relato ou quando no auto-relato constavam temas que não foram abordados no episódio, então denominou-se a categoria que desse conta desses casos como Tatos Auto-descritivos Parcialmente Distorcidos. Assim, parte do auto-relato trata-se de Tato Auto-descritivo (parte que tem correspondência com pelo menos com um tema abordado no episódio retirado da Sessão) e outra parte do auto-relato trata-se de Tato Auto-descritivo Distorcido (parte que não guarda correspondência alguma com o episódio recortado da Sessão).

Retomando o trecho escrito por Skinner anteriormente deve-se ressaltar, para a presente discussão, o seguinte instante: “os estímulos adicionais são para identificar o acontecimento a ser descrito ou distinguido de outros acontecimentos que ocorreram ontem”. Quando as perguntas são emitidas para os sujeitos (os estímulos adicionais que Skinner abordou), estes podem *identificar* ou *distinguir* uma dentre várias falas (ou *acontecimentos*) emitidas durante a Sessão. Se o sujeito identificou ou distinguiu apenas as falas que foram abordadas naquele episódio específico, separando-as de outras falas abordadas em outros episódios e, desse modo, emitiu os auto-relatos resultantes dessa *identificação* ou *distinção* que, sendo assim, correspondiam a aquilo que foi abordado na Sessão, tem-se, portanto, um tato auto-descritivo. Porém, se essa identificação ou distinção abordar, no auto-relato como um todo, uma fala que estava contida no episódio e abordar também outras falas que não estavam contidas naquele episódio especificamente, mas contidas, por exemplo, em outro momento da Sessão então o tato será parcialmente *auto-descritivo* e *parcialmente distorcido*. Para ressaltar pode-se dizer em outras palavras: a categoria denominada tato auto-descritivo parcialmente distorcido contém em si necessariamente duas outras categorias, a saber, 1- tatos auto descritivos (parte do auto-relato que corresponde a parte do episódio ocorrido na Sessão) e 2- tatos auto-descritivos distorcidos (parte do auto-relato que não corresponde a parte do episódio relatado). Desse modo, o auto-relato sobre um dado episódio da Sessão que contivesse as outras duas categorias foi denominado Tato Auto - descritivo Parcialmente Distorcido.

A discussão anterior foi elaborada para ressaltar o seguinte entendimento: 1. Como a categoria TAPD envolve a presença de duas categorias TA e TAD o avaliador deve discriminar a presença das duas e, portanto, exige observação mais acurada e a possibilidade de equívocos na avaliação tende a aumentar. Assim, pode não observar correspondência em parte do auto-relato quando há e, desse modo, escolher TAPD quando na realidade é TA, ou observar correspondência quando não há e apontar como sendo TA quando na realidade é TAPD. Talvez a variação inversamente proporcional na frequência de tais categorias reflita equívocos na avaliação dos juízes. 2. A categoria tato auto-descritivo parcialmente distorcido (TAPD) pode ser considerada da mesma classe da categoria Tato Auto-descritivo. Talvez por isso as variações observadas entre as duas categorias nos resultados sejam tão uniformes. As variações dos resultados se mostraram tão uniformes que são claramente inversamente proporcionais, como

demonstrados anteriormente: quando a frequência relativa de uma aumenta a de outra abaixa, quando a frequência relativa de uma abaixa a de outra aumenta. Então a categoria Tato Auto-descritivo Parcialmente Distorcido (TAPD) mostra-se arbitraria? A resposta a tal pergunta é imediata: ao contrário das categorias Tato Auto-descritivo (TA) e Tato Auto-descritivo Distorcido (TAD), que são operantes verbais estabelecidos pela teoria e já bastante estudados empiricamente, como apresentados na Introdução Teórica, a categoria Tatos Auto-descritivos Parcialmente Distorcidos (TAPD) foi elaborada especificamente para este trabalho, com o intuito de dar conta dos casos que envolviam episódios que continham no mesmo recorte TA e TAD. Desse modo, a necessidade dessa categoria foi determinada pelo recorte escolhido. Por sua vez, o recorte seguiu o seguinte critério: comportamentos verbais e não-verbais emitidos pelo terapeuta (consequenciar, aconselhar, esclarecer, investigar) diante do cliente, que em todos os casos foram verbais, se iniciava após uma dada fala do cliente e terminava quando tinha início outra fala do cliente. As categorizações dos auto-relatos seguiram tal recorte. Foi para dar conta dessa problemática que foi elaborada a **Figura 4**, na qual foi feita à soma das frequências relativas das categorias TA e TAPD e, desse modo, tais categorias foram tratadas como se fossem uma categoria, no caso TA. É como se fossem ignorados os Tatos Auto-descritivos distorcidos presentes no auto-relato, tendo em vista o recorte escolhido no episódio com o qual foi comparado, e fossem considerados apenas os Tatos Auto-descritivos presentes no auto-relato. A categorização, portanto, seguiria o seguinte critério: qualquer presença de correspondência entre o auto-relato e o episódio recortado da Sessão (mesmo que nesse auto-relato contenha mais temas ou menos temas do que os abordados no episódio recortado) implicará em considerar tal auto-relato como sendo Tato Auto-descritivo (TA).

Ao retomar a análise da **Figura 3** pode-se observar que o **Ta** teve um aumento abrupto da frequência relativa de TAPD da primeira para a segunda Sessão, aumento que equivaleu ao dobro da primeira Sessão. Por outro lado, ocorreu uma queda abrupta da frequência relativa da segunda para a terceira Sessão, queda na qual a frequência relativa de TAPD caiu para a metade do que foi emitido na segunda Sessão. Em relação ao **Tb** pode-se observar aumento significativo da frequência relativa de TAPD da primeira para a segunda Sessão, aumento próximo ao dobro do que foi emitido de TAPD na primeira Sessão. Da segunda para a terceira Sessão pode-se observar aumento de 10% da frequência relativa de TAPD. Se for comparada a primeira com a terceira Sessão tem-se um aumento de 27,8% na frequência relativa de TAPD. Ao se observar o desempenho do **Tc** da primeira para a segunda Sessão, pode-se visualizar um aumento de 35,6% na emissão de TAPD e de 20% ao se comparar a primeira com a terceira Sessão. Por outro lado, ocorreu uma queda de 15,6% da segunda para a terceira Sessão. Exceto o Terapeuta b que apresentou aumento significativo na terceira Sessão tendo em vista as outras duas, e o Terapeuta c que apresentou aumento da primeira para a segunda Sessão, não se pode afirmar qualquer influência da mudança de procedimento ocorrida na terceira Sessão dos três terapeutas. Por outro lado, não há evidências disponíveis para explicar o porquê do baixo nível da frequência relativa de TAPD em todas as primeiras sessões.

Ao se observar o desempenho dos três terapeutas em conjunto verifica-se que os menores desempenhos encontrados estão no Terapeuta a (Sessão 1 e 2 de 20% cada) e no Terapeuta c (Sessão 1 de 20%) sendo acompanhada com uma diferença pouco significativa pelo menor desempenho do Terapeuta b. Em seguida, pode-se observar o maior desempenho do Terapeuta a (de 40% na Sessão 2) sendo acompanhado do segundo maior desempenho do Terapeuta b e do Terapeuta c, 40% em ambos, Sessão 2 e 3 respectivamente. Por fim, o maior frequência relativa de TAPD encontrada, tendo em vista os três terapeutas, foi do Terapeuta c de 55,6% sendo seguido pelo Terapeuta b de 50%. A comparação entre os desempenhos, sugere que os Terapeutas b e c estão muito próximos, no entanto alcançam resultados superiores ao Terapeuta a. Diferentemente ao que sugere a Figura 2, quando o Terapeuta a alcançou desempenho superior ao terapeuta b e c, e o terapeuta c, embora tenha um desempenho com variações menores, alcançou o menor desempenho dos três. Ainda se faz necessário observar tais comparações entre desempenhos por outros ângulos para se estabelecer, por conseguinte, reflexões mais seguras.

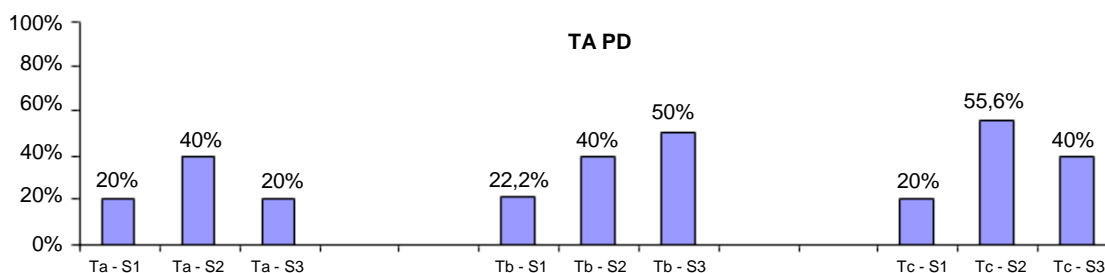


Figura 3. Frequência relativa (%) de tatos auto-descritivos parcialmente distorcidos (TAPD) presentes nos auto- relatos de cada um dos três terapeutas em cada uma das três sessões.

Na **Figura 4** pode-se observar a soma da frequência relativa de Tatos Auto- descritivos (TA) e de Tatos Auto-descritivos Parcialmente Distorcidos (TAPD) presentes nos auto-relatos de cada um dos três terapeutas em cada uma das três sessões. Desse modo, o Ta na Sessão 1 apresentou 60% de TA + TAPD, na Sessão 2 apresentou 60% e na Sessão 3 apresentou 50%. O Tb emitiu 66,7% de TA + TAPD na Sessão 1, 50% na Sessão 2 e 70% na Sessão 3. O Tc emitiu 50% de TA + TAPD na Sessão 1, e 77,8% na Sessão 2 e 70% na Sessão 3.

Um fator chama a atenção ao se observar a **Figura 4** em comparação com as **Figuras 2 e 3**: as frequências relativas entre os terapeutas e entre as sessões são mais estáveis e, claramente, não contêm variações tão abruptas como nas **Figuras 2 e 3**. Talvez isso demonstre que essas duas categorias devem ser vistas em conjunto, e não separadamente. Por outro lado, as reflexões tomam outro rumo. Unir essas

duas categorias implica na seguinte afirmação: Em todos os auto-relatos analisados e categorizados pelos avaliadores como TA e TAPD tem ao menos uma incidência de correspondência entre os temas abordados. Sendo assim, a menor frequência relativa encontrada na soma de TA e TAPD foi de 50%: marca observada na Sessão 3 do Terapeuta a, na Sessão 2 do Terapeuta b e na Sessão 1 do Terapeuta c. Isso equivale a dizer que em cada Sessão dos três terapeutas, em 50% de seus auto-relatos tem pelo menos uma incidência de correspondência com os episódios relatados.

As frequências relativas que se seguem imediatamente após as de 50%, são iguais ou maiores que 60%, ou seja, na maioria das sessões (Terapeuta a, S1 e S2; Terapeuta b, S1 e S3; Terapeuta c, S2 e S3) ocorreram no mínimo 60% de pelo menos uma incidência de correspondência entre auto-relato e episódio relatado. A maior frequência relativa do Terapeuta a foi de 60%, já o desempenho do Terapeuta b superou essa marca em dois momentos alcançando 66,7% na primeira Sessão e 70% na terceira Sessão. A terceira Sessão de 70%, foi o maior desempenho do Terapeuta b; marca alcançada pelo terapeuta c também na terceira Sessão, ou seja, de 70%, mas superada pelo mesmo Terapeuta na segunda Sessão 77,8%, por sinal, a maior frequência relativa alcançada tendo em vista o desempenho dos três terapeutas. Assim, ao se observar o desempenho dos três terapeutas de modo geral, pode-se afirmar que os Terapeutas b e c alcançaram maior desempenho que o Terapeuta a em dois momentos (Terapeuta b nas sessões 1 e 2; Terapeuta c nas sessões 2 e 3) enquanto que o Terapeuta a alcançou maior frequência relativa do que os outros dois em apenas um momento (na Sessão 2 ao se comparar com o Terapeuta b; na Sessão 1 ao se comparar com o Terapeuta c). Pode-se afirmar também que o Terapeuta b teve desempenho maior que o Terapeuta c na Sessão 1, mas teve desempenho menor do que o Terapeuta c na Sessão 2 e tiveram o mesmo desempenho na Sessão 3. Até o momento, ao se comparar os desempenhos dos três terapeutas, o Terapeuta b mostra-se com frequência relativa consideravelmente superior ao desempenho do Terapeuta a, nas categorizações que envolvem alguma correspondência entre auto-relato e episódio recortado da Sessão. Por sua vez, o Terapeuta c alcança um desempenho levemente superior ao do Terapeuta b.

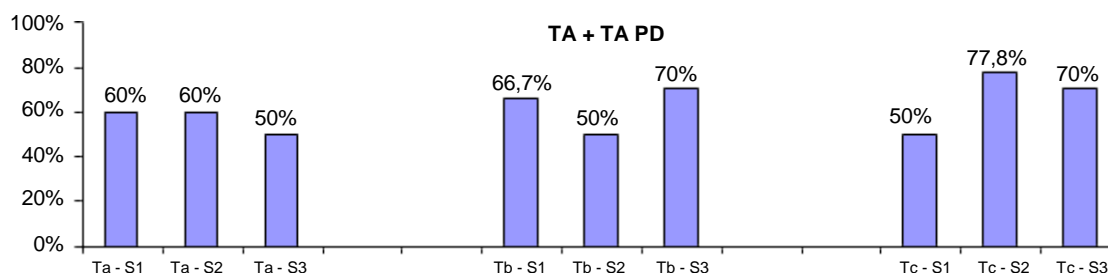


Figura 4. Frequência relativa da soma das categorias tato auto-descritivo (TA) e tato auto-descritivo parcialmente distorcido (TAPD) presentes nos auto-relatos de cada um dos três terapeutas em cada uma das três sessões.

Na **Figura 5** pode-se observar a frequência relativa da presença de Tatos Auto - descritivos Distorcidos (TAD) emitidos pelos três terapeutas em cada Sessão. O Ta emitiu 40% de TAD na Sessão 1, emitiu 40% na Sessão 2 e 50% na Sessão 3. O Tb emitiu 33,3% de TAD na Sessão 1, emitiu 50% na Sessão 2 e 30% na Sessão 3. O Tc emitiu 30 % de TAD na Sessão 1, emitiu 11,1% na Sessão 2 e 20% na Sessão 3.

Pode-se observar com clareza que o **Ta** emitiu a maior quantidade de Tatos Auto-descritivos Distorcidos, tendo em vista os três terapeutas, sendo superado apenas pela segunda Sessão do **Tb**. Por sua vez, os menores índices de Tatos Auto-descritivos Distorcidos são observados no desempenho do **Tc**, seu maior índice equivale ao menor do **Tb**. Ao se observar a **Figura 6** pode-se afirmar que parte da menor incidência de Tatos Auto-descritivos Distorcidos encontrados no desempenho do terapeuta c, em comparação com os outros terapeutas, deve-se ao fato de que ele é o único que emite a categoria TAO, ou seja, ele é o único que diz não lembrar ou *não saber* o que fez ou falou na Sessão. Ao afirmar *não lembrar* o que fez implica necessariamente em diminuição da incidência de emissão de Tatos Auto-descritivos Distorcidos.

Pode-se ver, por exemplo, os 50% de Tatos Auto-descritivos Distorcidos ocorridos na Sessão 3 do Terapeuta a e na Sessão 2 do Terapeuta b. Esses dados equivalem a dizer que metade do que tais terapeutas falaram sobre essas sessões foram auto-relatos sem correspondência alguma com o que foi feito. Equivale também a afirmar (e agora podemos somar as freqüências de TAD com as freqüências de TAO do desempenho do terapeuta c na **Figura 6**), de acordo com a teoria, que os terapeutas que emitem TAD não estão conscientes sobre o que fizeram ou disseram (Skinner, [1957]1992 ; [1989]1991) para seus clientes na Sessão. Pode-se dizer ainda que não lembram do que fizeram ou falaram (Skinner, [1957] 1992; [1989]1991 e Catania, [1998]1999) para seus clientes, por não terem sido expostos a comunidades que refinassem o comportamento de lembrar através de treino discriminativo (Catania, [1998]1999) ou treino de correspondência entre fazer-dizer e ou dizer-dizer (Rogers- Warren e Baer, 1967; Risley e Hart, 1968; Israel, 1973; Ribeiro, 1989; Whitman, Scibak, Butler, Richter & Johnson, 1982), e que o fato de não existir comunidade que tenha acesso ao que fizeram, pode ocorrer que não tenham condições jamais de adquirir consciência sobre o que fizeram ou disseram (Skinner, 1945). A impossibilidade de descrever exatamente o que falaram para seus clientes no passado (de estarem conscientes de, ou de se lembrarem de) pode ocorrer ainda pela não emissão de comportamentos precorrentes (aos operantes verbais: tatos auto-descritivos) de auto-observação, de modo que assim os terapeutas não ficaram sob controle das classes de respostas verbais e não-verbais que foram emitidas na relação com o cliente; classes de respostas essas, evidenciadas nos episódios recortados diretamente da Sessão.

Um outro ponto a ser ressaltado, tem relação com a influência das classes de estímulos conseqüentes sobre o auto-relato. Influência, que por sua vez, produz distorções. Contudo, essa influência será discutida diante dos resultados demonstrados na **Figura 6**.

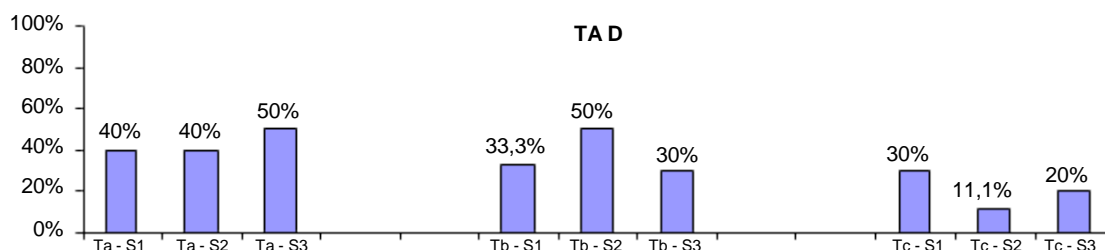


Figura 5. Freqüência relativa de Tatos Auto-descritivos Distorcidos (TAD) presentes nos auto-relatos de cada um dos três terapeutas em cada uma das três sessões.

Em relação à freqüência relativa da categoria Tatos Auto-descritivos Outros (TAO) pode-se observar na **Figura 6** que não houve ocorrência de emissão, observado tanto no desempenho do **Terapeuta a** quanto no desempenho do **Terapeuta b**, nas três sessões analisadas. Por outro lado, o **Terapeuta c** emitiu 20% de TAO na Sessão 1, emitiu 11,1% na Sessão 2 e 10% na Sessão 3.

Algumas explicações sobre a categoria TAO têm importância nesse momento. Essa categoria foi elaborada para dar conta dos auto-relatos nos quais os sujeitos não emitiram auto-relatos sobre o que fizeram na Sessão. Por outro lado, observou-se nesses casos que os sujeitos emitiam auto-relato, mas não sobre o que fizeram na Sessão. Geralmente esses auto-relatos assumiam as seguintes formas: Eu não lembro ou eu não sei. Tais auto-relatos, por sinal, indicam serem Tatos Auto-descritivos sobre eventos privados e, nesse sentido, revelam que as classes de estímulos antecedentes presentes na Sessão e presentes nas questões proferidas pelo entrevistador não exerceram controle discriminativo sobre o auto-relato do sujeito. Como se vê, o termo Tatos Auto-descritivos Outros (TAO), mostrou-se útil para a presente pesquisa, pois: 1. Serviu para categorizar auto-relatos em que o terapeuta não emitiu verbalizações sobre o que fez ou falou para o cliente na Sessão; 2. Permitiu, desse modo, discriminar os casos em que o sujeito admitiu não se lembrar (Tato Auto-descritivo sobre comportamento encoberto) do que fez na relação com o cliente. Sabe-se que o aspecto mais importante de uma categoria não está no seu nome, mas na eficiência que ela possa vir a ter em estabelecer generalizações intra-classes e discriminações inter-classes dos eventos em que ela se propõe a analisar, e essa categoria parece ter cumprido seu papel.

Na medida em que se retoma a observação da **Figura 6** uma pergunta se faz presente: por que em nenhum dos auto-relatos proferidos pelos **Terapeutas a e b** sobre as três sessões consta qualquer indicação que eles não lembravam do que fizeram?

Alguém poderia responder: por que eles lembravam. Então a resposta para esse alguém poderia conter outra pergunta: Mas, se eles sabiam ou lembravam porque emitiram tantos Tatos Auto-descritivos Distorcidos, representados na **Figura 5**? Será que achavam que sabiam mas não sabiam, ou que lembravam mas não lembravam? Se esse for o caso, uma interpretação analítico-comportamental poderia assumir o seguinte aspecto: as classes de estímulos antecedentes contidas nas questões exerceram função discriminativa para outras classes de respostas geralmente verbais de outros episódios em que o terapeuta atuou sobre o cliente na Sessão. Todavia, afirmar que isso ocorreu em todos os casos indicaria uma regularidade contundente desse fenômeno, e isso não teria nenhum problema em si. Mas ao se observar atentamente os Protocolos de Avaliação (Anexo I), pode-se atentar a diversas situações em que os sujeitos emitiram alguns autoclíticos do tipo: *parece que eu não lembro, não estou bem certo, acho que, não sei etc.* O fato é que após a emissão dessas frases eles emitiam os auto -relatos, e muitos deles se mostraram Tatos Auto-descritivos Distorcidos (TAD).

Uma resposta plausível para a questão do porquê os Terapeutas a e b não falaram que não sabiam ou que não lembravam do que fizeram (de modo que emitiram uma maior quantidade de Tatos Auto-descritivos Distorcidos do que o Terapeuta c, que especificou não lembrar) emerge na medida em que se aborda as influências que o auto- relato sofre de classes de estímulos conseqüentes. Nesse momento faz-se necessário retomar a teoria. Skinner ([1957] 1992, p.147) escreveu que o tato pode ser distorcido por certas conseqüências especiais, proporcionadas por um ouvinte em particular ou por ouvintes em geral sob determinadas circunstâncias. Desse modo o efeito importante das conseqüências sobre o tato ocorre quando o reforço é contingente a determinados aspectos da resposta verbal, e não à correspondência com a classe de estímulos discriminativos: a verbalização pode variar até tornar-se exagerada ou deixar de apresentar qualquer traço de correspondência com a classe de estímulos discriminativos. Desse modo, constrói-se um tato auto-descritivo distorcido.

Os estudos de Critchfield & Perone (1990, 1993) indicaram a tendência dos sujeitos em dizer que acertaram mesmo quando erraram, ou a tendência em evitar (Critchfield,1996) afirmações que indicassem que haviam errado ao executarem uma dada atividade, mesmo quando de fato haviam errado. Os estudos de Ribeiro (1989) e de Baer & Detrich (1990) indicaram a tendência em distorcer auto-relatos na medida em que esses estabeleciam controle sobre classes de estímulos conseqüentes. Tais estudos demonstraram que quando a emissão do auto-relato distorcido implica em aumento da probabilidade de esquiva de reforçadores sociais negativos ou no aumento da presença de reforçadores sociais positivos, então ocorre aumento da freqüência de distorções no auto-relato.

Em diálogo com os estudos anteriores, pode-se inferir a partir dos dados coletados no presente trabalho que os Terapeutas a e b do presente estudo emitiram alta freqüência de Tatos Auto-descritivos Distorcidos e nenhum auto-relato que indicassem que não lembravam do que fizeram na Sessão, devido as classes de estímulos conseqüentes. Assim, falar que não lembrava, implicaria em admitir uma suposta falha: *Como não saber o que eu fiz na Sessão com meu cliente? Ao dizer que não sei, estarei admitindo uma suposta incompetência aos olhos alheios.* Nesse sentido, afirmar não lembrar teria a função de aumento da probabilidade de incidência de reforçadores negativos sociais, e a emissão de tatos auto-descritivos distorcidos teria a função de esquiva desses reforçadores; a mesma função dos auto-relatos distorcidos emitidos pelos sujeitos estudados por Critchfield & Perone (1990/ 1993) e (Critchfield,1996) retomados anteriormente. Assim, tal qual a interpretação que Ribeiro (1989) faz dos auto-relatos distorcidos emitidos pelos sujeitos que estudou, faz-se também aqui uma interpretação, embora de forma mais inferencial, devido ao menor grau de controle do presente trabalho, a saber: provavelmente parte dos Tatos Auto-descritivos Distorcidos emitidos pelos sujeitos está sob controle das conseqüências que produz,

portanto, são tatos com função de mando, ou seja, apresentam a forma de tato, mas estão mais sob controle de classe de estímulos conseqüentes do que de classes de estímulos antecedentes.

Como consta no tópico método, do presente trabalho, nas duas primeiras sessões de cada terapeuta o delineamento seguiu o seguinte encadeamento: a) As sessões foram filmadas, b) transcritas na íntegra, c) foram selecionados episódios em que os terapeutas emitiram comportamentos (consequenciaram, aconselharam, esclareceram, investigaram) diante de seus clientes, d) elaboradas questões a partir dos episódios selecionados, e) sete dias depois foram aplicados os questionários nos terapeutas. A terceira Sessão implicou uma mudança no delineamento: antes de responder ao questionário, o terapeuta assistiu a filmagem da Sessão investigada na íntegra; e somente após assistir a Sessão respondeu ao questionário. Ao se observar o conjunto dos dados demonstrados nas Figuras anteriores, tendo como foco o desempenho dos três terapeutas na terceira Sessão, percebe-se indicadores de aumento de desempenho dos Terapeutas b e c (aumento de TA, TAPD, TA + TAPD, e diminuição de TAD, principalmente no Terapeuta b, e TAO, principalmente no Terapeuta c) e queda de desempenho no Terapeuta a (diminuição de TA, TAPD, TA + TAPD, e aumento de TAD). Deve ser salientado que a queda de desempenho do Terapeuta a é mais evidente do que o aumento de desempenho dos Terapeutas b e c. Ao contrário do Terapeuta a, o desempenho dos Terapeutas b e c demonstram variações importantes (por exemplo, o maior índice de TA na primeira Sessão do Terapeuta b, e no maior índice de TAPD e de TA + TAPD na segunda Sessão do Terapeuta c ao se comparar com a terceira Sessão de ambos). No entanto, tais dados podem sugerir que o tempo de experiência dos Terapeutas b e c (cinco e oito anos respectivamente) comparado ao tempo de experiência do Terapeuta a (seis meses) seja um aspecto relevante a ser levado em conta. Diante dessas diferenças entre histórias comportamentais (maior exposição do próprio desempenho em contingências produtoras de ansiedade) pode-se inferir que a clara queda do desempenho do Terapeuta a, possa ter relações com um possível aumento da função aversiva do delineamento da Sessão 3. De modo que, após ver o filme, uma suposta obrigação em emitir as respostas “corretas” pode ter gerado respondentes, por exemplo de ansiedade, que implicam em aumento das dificuldades para emissão dos auto-relatos, e assim afetado o desempenho.

Por sinal, pode-se observar indícios de função aversiva no método empregado pela presente pesquisa na fase de coleta de dados: fazer perguntas para o Terapeuta sobre o que fez ou falou para o cliente. Isso pode ser visto em diversos Protocolos de Avaliação (Anexo I) e, mais especificamente, nas Tabelas 7, 11, 12 e 13 (que serão vistas posteriormente). Momentos em que os terapeutas indicaram, através de suas verbalizações, estarem inseguros sobre o que responder. Tais indícios estão de acordo com a teoria analítico-comportamental, na medida em que Skinner ([1957]1992) apontou que perguntas proferidas em um episódio verbal podem ter função aversiva para o ouvinte, de forma, inclusive, a produzir respondentes que promovam distorções nos relatos.

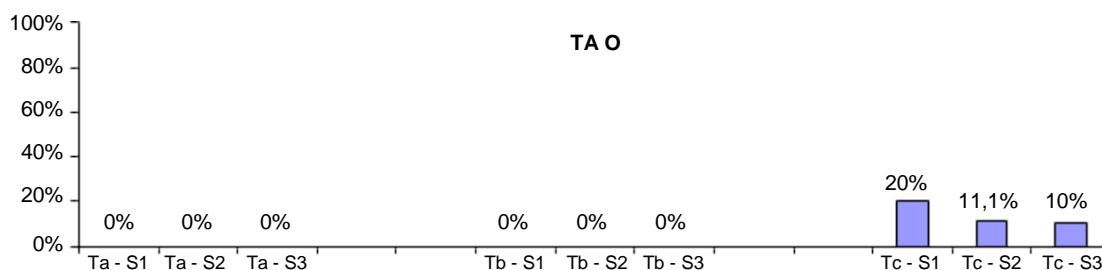


Figura 6. Frequência relativa da categoria Tatos Auto-descritivos Outros (TAO) presentes nos auto-relatos de cada um dos três terapeutas em cada uma das três sessões.

Diante dos dados obtidos através da frequência relativa de cada categoria em cada Sessão de cada terapeuta, uma pergunta pode ser feita: Qual foi o desempenho de cada terapeuta em cada categoria tendo em vista a soma das três sessões avaliadas? Desse modo, somou-se as frequências de cada categoria nas três sessões de cada terapeuta para posteriormente obter o percentual.

Pode-se observar na **Figura 7** a média relativa da freqüência da categoria Tato Auto-descritivo (TA) referentes às três sessões de cada um dos três terapeutas. Sendo assim, o Ta obteve 30% de média relativa de freqüência de ocorrência de tatos auto- descritivos (TA), tendo em vista as três sessões avaliadas. O Tb, por sua vez, obteve 24,1% e o Tc 27,6%. Como se vê, o Terapeuta a emitiu 5,9% a mais que do que o Terapeuta b e 2,4% a mais do que o Terapeuta c, que por sua vez, emitiu 3,5% a mais do que o Terapeuta b. Desse modo, pode-se perguntar: Por que o Terapeuta com menos tempo de experiência obteve o maior percentual de tatos auto -descritivos tendo em vista o desempenho dos três terapeutas? Isso pode indicar que as contingências que envolvem a prática terapêutica (interação terapeuta-cliente, supervisão etc) não desenvolvem repertórios de tatos auto-descritivos nos terapeutas? Tais dados refletem mais a influência das histórias individuais de cada terapeuta do que suas histórias profissionais?

